

**TERMINOLOGIA DO SUBSISTEMA DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES**

Proposta de um glossário terminológico

Jucileia Sinádia Vicente da Conceição Gumbe

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação
de Especialidade**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Junho, 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Rute Costa

Dissertação redigida com base no Acordo Ortográfico de 1945

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Jucileia Gumbo

Lisboa, 24 de Maio de 2017...

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Rute Costa

Lisboa, 24 de Maio de 2017

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

Manuel Ângelo da Conceição Gumbe (em memória) e Josefa Vicente Sebastião, pela dedicação e apoio em todos os momentos da minha vida, e por terem sido sempre o meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, e por me ter conduzido à conclusão de mais uma etapa académica;

Agradeço à Professora Doutora Rute Costa pela paciência, rigor e disponibilidade que sempre demonstrou enquanto orientadora;

À Professora Doutora Maria Teresa Lino e à Professora Doutora Raquel Silva pelos ensinamentos transmitidos ao longo da componente curricular do Mestrado;

Ao Ministério da Educação de Angola, entidade responsável pela coordenação do projecto “Terminologia da Administração Pública – TERMAP”, em especial à Dra. Ana Paula Henriques pelo voto de confiança e preocupação que sempre demonstrou ao procurar dar respostas às nossas inquietações enquanto grupo;

Aos meus colegas pelo espírito de interajuda ao longo do período de formação;

À minha família e amigos pelo incentivo e apoio incondicional que demonstraram e ainda demonstram nos momentos em que mais preciso;

À minha mãe pelo grande exemplo que é para mim, pelo amor, esforço e dedicação, e por ter me ensinado a nunca desistir dos meus sonhos.

RESUMO

A presente dissertação constitui um trabalho de investigação que se insere no âmbito do projecto TERMAP - “Terminologia da Administração Pública”, desenvolvido pelo Governo da República de Angola, e coordenado pelo Ministério da Educação de Angola.

O nosso principal objectivo consiste no estudo da terminologia do Subsistema de Formação de Professores, tendo em conta a documentação produzida pelo Ministério da Educação de Angola e suas instituições tuteladas, referentes ao subdomínio da Formação de Professores.

Deste modo, a abordagem proposta no presente trabalho, é desenvolvida em cinco (5) capítulos: a) no primeiro capítulo é feita uma breve introdução ao Ministério da Educação de Angola e seus órgãos de superintendência e tutela, bem como à caracterização do actual Sistema de Educação e Ensino em Angola; b) no segundo capítulo são apresentadas questões referentes à selecção e organização do *corpus* textual; c) no terceiro capítulo faz-se referência ao tratamento semiautomático do *corpus* de análise e à apresentação dos candidatos a termo; d) no quarto capítulo são apresentados os pressupostos teóricos de variação terminológica e identificados alguns dos fenómenos de variação que ocorrem no *corpus* de análise; e) no quinto e último capítulo debruçamo-nos sobre a harmonização terminológica, e procedemos à proposta de um glossário terminológico para o Ministério da Educação, mais especificamente para a Formação de Professores, no intuito de contribuir para a organização da terminologia a nível do sector da Educação e Formação de Professores em Angola.

PALAVRAS-CHAVE: terminologia, Educação, Formação de Professores, variação terminológica, harmonização terminológica, glossário terminológico.

ABSTRACT

The present dissertation is a research work that falls within the scope of the TERMAP project (Terminology for the Public Administration), developed by the Government of the Republic of Angola, and coordinated by the Ministry of Education of Angola.

Our main goal was to study the terminology used in the Subsystem of Teacher Training, taking into account the documentation related to the subdomain of Teacher Training produced by the Ministry of Education of Angola and its institutions.

Therefore, the present work is divided into five (5) chapters: a) in the first chapter we briefly introduce the Ministry of Education of Angola and its supervisory bodies, as well as the current Educational System of Angola; b) in the second chapter, we raise fundamental issues relating to the selection and organization of the text *corpus*; c) Chapter three, refers to the semiautomatic treatment process of the *corpus* and the presentation of term candidates; d) in chapter four, we introduce the theoretical assumptions of terminology variation and we also identify some variation events that occur in our analysis *corpus*; e) in the fifth and final chapter, we discuss harmonization in terminology, and suggest a glossary of terminology for the Ministry of Education, more specifically for Teacher Training, in order to help organize the terminology used in the Education field and Teacher Training in Angola.

KEY-WORDS: terminology, Education, Teacher Training, terminology variation, harmonization of terminology, terminological glossary.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADPP – Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo

CAARE – Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Reforma Educativa

EFP – Escolas de Formação de Professores

EMP – Escolas de Magistério Primário

ESE – Escola Superior de Educação

FC – Formação Contínua

ICRA – Instituto de Ciências Religiosas

IMNE – Instituto Médio Normal de Educação

INEE – Instituto Nacional de Educação Especial

INFQ – Instituto Nacional de Formação de Quadros

INIDE – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação

KWIC – *KeyWords In Context*

LBSE – Lei de Bases do Sistema da Educação

MED – Ministério da Educação

ONG – Organização Não Governamental

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAN/EPT – Plano de Acção Nacional de Educação para Todos

PREPA – Projecto de Formação de Formadores de Professores para o Ensino Primário

PMFP – Plano Mestre de Formação de Professores

PNFQ – Plano Nacional de Formação de Quadros

TCT – Teoria Comunicativa da Terminologia

TGT – Teoria Geral da Terminologia

ZIP's – Zonas de Influência Pedagógica

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 1: Levantamento do grau de formação de professores feito pelo INFQ no âmbito do Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP, 2007).....	15
Tabela nº 2: Número de Escolas de Formação de Professores em Angola (PMFP, 2007).	18
Tabela nº3: Eixos de Intervenção de número sete (7) e oito (8) do Plano Mestre de Formação de Professores, desenvolvidos no âmbito da Formação Inicial de Professores (PMFP 2007: 45 – 46).....	19
Tabela nº 4: Eixos de Intervenção de número cinco (5) e seis (6) do Plano Mestre de Formação de Professores, desenvolvidos no âmbito das Formações Contínua e à Distância de professores (PMFP, 2007: 43 – 44).	22
Tabela nº5: Tipologia dos textos que constituem o <i>corpus</i>	25
Tabela nº6: Tipologia I: Documentos extraídos no MED, CAARE e legislações vigentes no âmbito do Subsistema de Formação de Professores.	26
Tabela nº7: Tipologia II: Documentos extraídos nas instituições tuteladas pelo MED.	27
Tabela nº8: <i>Corpus</i> de análise.....	29
Tabela nº 9: Exemplo de algumas combinatórias encontradas no <i>corpus</i> de análise.....	39
Tabela nº 10: Lista de candidatos a termo extraídos do <i>corpus</i> de análise.	44
Tabela nº11: Exemplos de variação gráfica encontrados no <i>corpus</i> de análise.	52
Tabela nº12: Exemplos de variação lexical encontrados no <i>corpus</i> de análise.....	52
Tabela nº13: Exemplos de variação morfológica encontrados no <i>corpus</i> de análise.....	54
Tabela nº14: Exemplos de variação temporal encontrados no <i>corpus</i> de análise.	56
Tabela nº15: Microestrutura do glossário a ser proposto ao Ministério da Educação.	68
Tabela nº16: Exemplo de ficha terminológica da proposta de glossário para o Ministério da Educação de Angola com alguns campos preenchidos.	70

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 1: Organigrama do Ministério da Educação (MED).	6
Figura nº 2: Printscreen de dados quantitativos do <i>Corpus</i> de análise.....	33
Figura nº 3: Printscreen da função Concordance Plot da forma “ensino” no <i>corpus</i> de análise.....	35
Figura nº 4: Printscreen da concordância da forma “ensino” no <i>corpus</i> de análise.....	36
Figura nº 5: Printscreen da concordância da forma “educação” no <i>corpus</i> de análise.....	37
Figura nº 6: Printscreen da concordância da forma “formação” no <i>corpus</i> de análise.	37
Figura nº 7: Constructo Teórico de Variação em Terminologia (Faulstich, 2001: 26).....	49
Figura nº 8: Classificação das variantes concorrentes ou formais (Faulstich, 2001: 27).....	50
Figura nº9: Constituição do Ensino de Base de acordo com a primeira reforma educativa.	59
Figura nº 10: Constituição do Subsistema de Ensino Geral após a segunda reforma educativa.....	59
Figura nº 11: Constituição do antigo Ensino Médio (1ª reforma educativa) de acordo com a Lei nº 4/75 de 9 de Dezembro de 1975	61
Figura nº 12: Constituição do Ensino Secundário do IIº Ciclo (2ª reforma educativa) de acordo com a LBSE.	61
Figura nº 13: Macroestrutura do glossário terminológico a ser proposto ao Ministério da Educação.....	67
Figura nº 14: Constituição do Subsistema de Ensino Geral de acordo com a LBSE (art. 26º).....	71

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE AUTORIA	iii
DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
LISTA DE ABREVIATURAS	viii
LISTA DE TABELAS.....	ix
LISTA DE FIGURAS.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I: O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA.....	4
1.1. A Educação em Angola.....	4
1.2. O Ministério da Educação de Angola	5
1.2.1. Órgãos tutelados pelo Ministério da Educação	6
1.2.1.1. Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE)	7
1.2.1.2 Instituto Nacional de Educação Especial (INEE)	8
1.2.1.3 Instituto Nacional de Formação de Quadros (INFQ).....	9
1.3. Caracterização do Novo Sistema de Educação e Ensino em Angola.....	11
1.4. Subsistema de Formação de Professores	13
1.4.1. Formação Inicial de professores	16
1.4.2. Formação Contínua de professores	20
CAPÍTULO II: ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> TEXTUAL	23
2.1. O <i>Corpus</i>	23
2.1.1. Organização e caracterização do <i>corpus</i>	24
2.1.2. Selecção de textos: <i>Corpus</i> de análise	28
CAPÍTULO III: TRATAMENTO SEMIAUTOMÁTICO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE.....	31

3.1. Tratamento semiautomático do <i>corpus</i>	31
3.1.2. Dados Quantitativos	32
3.2.1. Concordância	34
3.2. Candidatos a termo	40
CAPÍTULO IV: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	46
4.1. Variação em Terminologia: Breves considerações	46
4.2. Constructo teórico de variação em Terminologia de Faulstich.....	48
4.3. Fenómenos de Variação Concorrente no <i>corpus</i> de análise.....	51
4.3.1. Variação gráfica	51
4.3.2. Variação lexical.....	52
4.3.3. Variação morfológica.....	53
4.3.4. Variação temporal	55
CAPÍTULO V: PROPOSTA DE UM GLOSSÁRIO TERMINOLÓGICO PARA O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA	63
5.1. Harmonização terminológica	63
5.2. Glossário: Breves considerações.....	64
5.3. Proposta de um glossário terminológico para o Ministério da Educação de Angola.....	65
5.3.1. Objectivos do Glossário Terminológico	66
5.3.2. Estrutura do Glossário Terminológico	67
5.3.2.1 Ficha terminológica do glossário a ser proposto ao Ministério da Educação	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74

INTRODUÇÃO

O presente trabalho que tem como tema *Terminologia do Subsistema de Formação de Professores: Proposta de um glossário terminológico* consiste no estudo da terminologia da Educação no âmbito do contexto de transição da primeira para a segunda reforma educativa do Sistema de Educação e Ensino em Angola, à luz do Subsistema de Formação de Professores.

De acordo com Costa & Silva (2009: 4) “*O trabalho desenvolvido em Terminologia é interdisciplinar e tem por finalidade a organização e a transferência de conhecimento(s). Os seus elementos de base são o conceito e o termo que o designa, assim como as relações que se estabelecem entre eles*”. Deste modo, para a elaboração do presente trabalho de investigação, traçamos como objectivo o estudo da terminologia da Educação tendo em conta os textos produzidos pelo Ministério da Educação e suas instituições tuteladas, referentes ao sector da Formação de Professores.

Para a realização do trabalho terminológico a partir dos textos relacionados com a Formação de Professores, tivemos em conta alguns documentos considerados de referência do subdomínio em questão, de entre os quais o Plano Mestre de Formação de Professores “PMFP”¹, projecto elaborado no contexto posterior à implementação da segunda reforma educativa, que institui a Formação de Professores como um Subsistema de Ensino.

Com a reorganização da constituição do Sistema de Educação e Ensino em Angola, levada a cabo com a promulgação da segunda reforma educativa, ocorreram alterações a nível da terminologia da Educação. Deste modo, ao analisarmos os textos produzidos pelo MED e suas instituições tuteladas, verificámos que existe uma certa dificuldade por parte do quadro de funcionários no acto da elaboração de documentos, no que diz respeito à distinção da terminologia vigente da primeira reforma educativa, e a terminologia implementada na segunda reforma educativa.

¹ Projecto desenvolvido pelo Ministério da Educação de Angola e executado pelo INFQ “Instituto Nacional de Formação de Quadros” no intuito de dar resposta às debilidades existentes a nível da formação de professores, bem como melhorar a política de gestão das instituições de Educação e Ensino a nível nacional.

Tendo em conta a constatação supracitada, justificamos a escolha do tema do presente trabalho de investigação, delimitando o nosso estudo ao Ministério da Educação, e à duas das suas instituições tuteladas², que desempenham funções no âmbito da Formação de Professores.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo fazemos uma breve introdução ao sector da Educação em Angola, à constituição do Novo Sistema de Educação e Ensino, bem como à constituição do Ministério da Educação e suas instituições tuteladas. Fazemos de igual modo uma breve introdução ao Subsistema de Formação de Professores, bem como às modalidades de formação de professores que estão previstas na legislação vigente do actual Sistema de Educação e Ensino.

No segundo capítulo procedemos à definição do que é um *corpus*, como estão organizados os textos que constituem o *corpus* no geral, bem como quais são os textos que constituem o *corpus* de análise e a sua respectiva justificação.

No terceiro capítulo falamos sobre o tratamento semiautomático do *corpus* de análise, onde apresentamos os dados quantitativos obtidos por intermédio do programa de tratamento de textos ANTCONC, bem como exemplos de concordância, e apresentamos os candidatos a termo do presente trabalho de investigação.

No quarto capítulo procedemos à uma breve introdução à variação em Terminologia, tendo em conta o “Constructo teórico de variação em Terminologia” de Faulstich (2001), e consequentemente, apresentamos exemplos dos diferentes fenómenos de variação terminológica que ocorrem no *corpus* de análise.

No quinto e último capítulo, debruçamo-nos sobre a questão da harmonização terminológica, e apresentamos de forma resumida, noções sobre o conceito de glossário terminológico. Apresentamos de igual modo, a proposta de um glossário terminológico para o Ministério da Educação em Angola, mais especificamente para a Formação de Professores,

² Tendo em conta a legislação vigente no sector da Educação bem como o estatuto orgânico do Ministério da Educação de Angola, as instituições INFQ e INIDE, correspondem às instituições responsáveis pela formação do quadro docente e administrativo a nível nacional, bem como pela investigação pedagógica e elaboração de currículos e materiais pedagógicos respectivamente.

espelhando os objectivos que estão na base da proposta do glossário, bem como um exemplo do modelo de ficha terminológica que constituirá o glossário.

CAPÍTULO I: O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA

1.1. A Educação em Angola

Antes de entrarmos no foco do presente trabalho de investigação que consiste no estudo da terminologia da Educação no âmbito da transição da primeira para a segunda reforma educativa, dando atenção especial ao Subsistema de Formação de Professores, urge a necessidade de desenvolvermos, ainda que de forma resumida, o contexto histórico da Educação em Angola, para melhor compreensão do domínio a que pretendemos estudar.

De acordo com Zau (2002: 48), as primeiras actividades de ensino em Angola surgiram no século XV com a colonização portuguesa, e foi a introdução do cristianismo ao reino do Congo³ o ponto de partida para a aprendizagem da Língua Portuguesa, marcando deste modo, a primeira experiência dos angolanos com o método de ensino e aprendizagem.

Apesar de a introdução ao cristianismo ter simbolizado a primeira manifestação de ensino em Angola, foi após a proclamação da independência nacional⁴ que o Sistema de Educação e Ensino foi oficializado, integrando outros subsistemas, criados no intuito de dar continuidade às acções de ensino e aprendizagem outrora deixadas pelos colonizadores (cf. Zau, 2002: 72).

O Sistema de Educação e Ensino em Angola, desde o momento da sua constituição, contou com duas reformas educativas, sendo que a primeira reforma educativa ocorreu no ano de 1978 e era assegurada pela Lei Constitucional da República⁵ e pela Lei nº 4/75 de 9 de Dezembro de 1975 que proclamava a implementação do Sistema de Educação e Ensino em Angola (cf. Vieira, 2004: 103).

A segunda reforma educativa por sua vez, foi oficializada no ano de 2001 com a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE)⁶, em que foi implementado o Novo Sistema de Educação e Ensino, que é o que se encontra em vigor até aos dias de hoje (cf. INIDE, 2003 a: 3).

³ Conforme era denominado o actual território angolano (Cf. Zau, 2002).

⁴ Proclamada aos 11 de Novembro de 1975

⁵ Cf. Art. 13º da Lei Constitucional da República de Angola de 1975

⁶ Lei nº17/16 de 7 de Outubro de 2016 (anteriormente designada Lei nº 13/01 de 31 de Dezembro de 2001).

A primeira reforma educativa dividia o Sistema de Educação e Ensino em três (3) subsistemas, nomeadamente, o Subsistema de Ensino Geral, o Subsistema de Ensino Técnico-Profissional e o Subsistema de Ensino Superior.

A transição da primeira reforma educativa para a segunda deveu-se à necessidade de implementação de novos subsistemas de ensino que outrora não existiam, bem como à necessidade de aperfeiçoamento dos subsistemas de ensino existentes, com vista a melhorar a qualidade de ensino no país (cf. INIDE, 2003 a: 14).

Nesta ordem de ideias, Benji (2015: 61) aponta a “caducidade”, a não adequação com as exigências de determinado tempo e as estruturas dos modelos dos Sistemas de Educação e Ensino internacionais, como um dos principais factores que estiveram na base da promulgação da segunda reforma educativa em Angola.

Deste modo, para um melhor enquadramento da nossa pesquisa, procederemos a seguir, à caracterização do Ministério da Educação de Angola (MED), no sentido de ilustrarmos as alterações resultantes da segunda reforma educativa, bem como onde se insere o subdomínio sobre o qual pretendemos prestar estudo (Subsistema de Formação de Professores).

1.2. O Ministério da Educação de Angola

De acordo com o Decreto nº 221/14 de 28 de Agosto de 2014 «O Ministério da Educação, abreviadamente designado por MED, é o Departamento Ministerial Auxiliar do Presidente da República e Titular do Poder Executivo, responsável por propor, conduzir, executar e controlar a política do Executivo relativa à Educação, nomeadamente do Ensino Primário e do Ensino Secundário.»⁷

Com o excerto acima transcrito, podemos verificar que é o MED a entidade responsável pela condução, execução e controle das acções educativas no âmbito do Subsistema de Ensino Geral (que engloba o Ensino Primário e o Ensino Secundário), ficando deste modo, as acções relativas ao Ensino Superior, a cargo do Ministério do Ensino Superior⁸.

⁷ Cf. Art. 1º do Decreto 221/14 de 28 de Agosto de 2014 (referente ao Estatuto Orgânico do Ministério da Educação).

⁸ Conforme o disposto pelo Decreto nº 111/14 de 27 de Maio de 2014 (referente ao Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior).

O Ministério da Educação apresenta uma estrutura orgânica constituída pelos seguintes órgãos: a) Órgãos de Apoio Consultivo, b) Serviços de Apoio Técnico, c) Serviço de Apoio Instrumental, d) Serviços Executivos directos e e) Órgãos Tutelados.

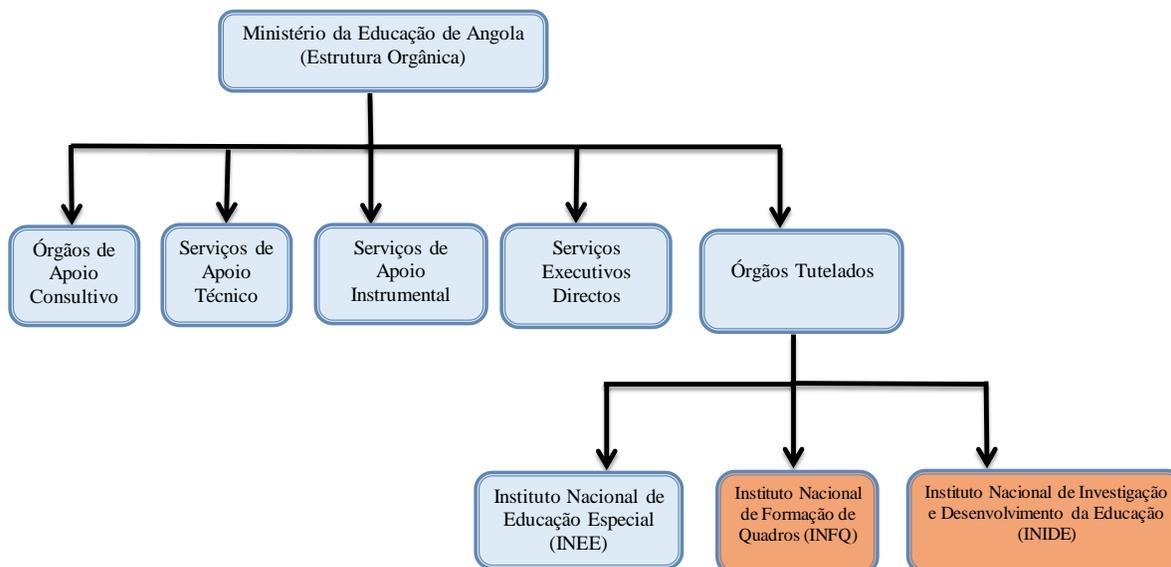


Figura nº 1: Organigrama do Ministério da Educação (MED).

Na figura acima ilustrada, destacámos dois (2) dos três (3) órgãos de superintendência e tutela do Ministério da Educação (INIDE e INFQ), por terem feito parte das instituições das quais extraímos documentos que serviram de apoio para o presente trabalho de investigação.

1.2.1. Órgãos tutelados pelo Ministério da Educação

Conforme foi frisado no ponto anterior, de acordo com o estatuto orgânico aprovado pelo Decreto nº 221/14 de 28 de Agosto de 2014 o Ministério da Educação de Angola está constituído pelos seguintes órgãos de superintendência e tutela:

- Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE)
- Instituto Nacional de Educação Especial (INEE) e
- Instituto Nacional de Formação de Quadros (INFQ)

Deste modo, para melhor compreensão, procederemos a seguir à caracterização dos órgãos de superintendência e tutela acima referidos, de acordo com o papel que cada um desenvolve, no âmbito do sector da Educação em Angola.

1.2.1.1. Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE)

O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação “INIDE” é um instituto público tutelado pelo Ministério da Educação de Angola, dotado de personalidade jurídica autónoma, cuja legislação circunscreve-se no seguinte:

- 1. O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação é o órgão do Ministério encarregue de proceder à investigação pedagógica, realizar estudos e elaborar os currículos e os materiais pedagógicos que permitam o permanente aperfeiçoamento do processo docente-educativo dos subsistemas de ensino não superior.*
- 2. O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação tem personalidade jurídica própria, goza de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e rege-se pelo respectivo estatuto orgânico.*
- 3. O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação é dirigido por um director geral e coadjuvado por directores gerais adjuntos (Decreto-Lei nº7/03 de 17 de Junho secção V, art. 21º).*

Com o excerto acima transcrito, podemos verificar que, enquanto instituição, o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE) é um órgão que apesar de ser tutelado pelo Ministério da Educação é dotado de personalidade jurídica autónoma e regido por um estatuto orgânico próprio. Portanto, estão a cargo do INIDE as acções de investigação pedagógica, elaboração de currículos pedagógicos, elaboração de manuais escolares e manuais referentes à formação de professores, tornando-o deste modo, a entidade responsável pela actualização e aperfeiçoamento do material pedagógico existente a nível do sector da Educação Angola (cf. INIDE, 2003 c).

1.2.1.2 Instituto Nacional de Educação Especial (INEE)

O Instituto Nacional de Educação Especial (INEE) é a entidade responsável pela educação de indivíduos portadores de necessidades especiais em Angola, e tem como principal objectivo a promoção e integração de crianças e jovens portadores de deficiência (física e/ou psíquica) ao ensino escolar, possibilitando deste modo, o convívio com outros portadores de deficiência e, conseqüentemente, a integração ou reintegração dos mesmos na vida social (cf. INEE, 2006: 5).

De acordo com a legislação vigente, o Instituto Nacional de Educação Especial (INEE) é regido pelos seguintes pressupostos:

- 1. O Instituto Nacional para a Educação Especial é o órgão do Ministério encarregue de formular, aplicar e controlar a implementação da política educativa relativa às crianças e jovens portadores de deficiência, no sentido da melhoria do seu desempenho físico e psíquico, com vista a possibilitar-lhes a aquisição de conhecimentos, hábitos e habilidades que permitam ou facilitem a sua autónoma integração ou reintegração na vida social.*
- 2. O Instituto Nacional para a Educação Especial goza de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, reger-se-á pelo respectivo estatuto orgânico.*
- 3. O Instituto Nacional para Educação Especial é dirigido por um director geral e coadjuvado por directores gerais adjuntos (Decreto-Lei nº7/03 de 17 de Junho secção V, art. 23º).*

O Instituto Nacional de Educação Especial (INEE), no seu leque de actividades, actua em duas áreas de intervenção:

- Área de Identificação-Diagnóstico e Orientação Psicopedagógica;
- Área de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educativas Especiais, Transitórias ou Permanentes (INEE, 2006: 19).

A área de Identificação-Diagnóstico e Orientação Psicopedagógica corresponde à fase inicial que antecede a fase de “Atendimento às Pessoas com Necessidades Educativas Especiais, Transitórias ou Permanentes”, sendo esta segunda, a fase de acompanhamento da criança/jovem com necessidades especiais, fazendo deste modo, com que ambas as áreas de intervenção actuem

como complemento uma da outra, e contribuam para a dinamização do processo de inserção dos alunos com necessidades especiais ao ensino escolar (cf. INEE, 2006).

1.2.1.3 Instituto Nacional de Formação de Quadros (INFQ)

O Instituto Nacional de Formação de Quadros (INFQ) é a entidade responsável pela coordenação do processo de formação de quadros a nível da docência e administração pública em Angola, e a sua legislação circunscreve-se no seguinte:

- 1. O Instituto Nacional de Formação de Quadros é o órgão do Ministério encarregue da coordenação do processo de formação de pessoal docente para os Subsistemas de Educação Pré-Escolar e Ensino Geral, bem como para a Formação de Professores e de pessoal de administração e gestão para o sector.*
- 2. O Instituto Nacional para a Formação de Quadros goza de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, reger-se-á pelo respectivo estatuto orgânico.*
- 3. O Instituto Nacional de Formação de Quadros é dirigido por um director geral e coadjuvado por directores gerais adjuntos (Decreto-Lei nº7/03 de 17 de Junho secção V, art. 22º).*

O Instituto Nacional de Formação de Quadros (INFQ) tem estado na base da prossecução das principais acções formativas no sector da Educação e da administração pública em Angola, de entre as quais o “Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) 2013-2020” cujos objectivos principais circunscrevem-se em “- *Dotar o país de Quadros qualificados que permitam o desenvolvimento económico e social projectado para o longo prazo nomeadamente: - Incrementar a competitividade dos sectores; - Modernização da administração pública; - Melhoria das condições de produtividade e rentabilidade do sector empresarial angolano.*” (INFQ, 2012: 7).

Para o sector da Educação em específico, o Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) 2013 – 2020 prevê o aperfeiçoamento pedagógico do quadro docente nacional através da criação de um “*Sistema de formação de quadros médios e superiores docentes da Educação Pré-Escolar, dos Ensinos Primário e Secundário, bem como de especialistas para a administração central, provincial e local do sistema educativo e para a investigação em ciência da Educação*”

definido em linha com as necessidades (quantitativas) do sistema educativo e de qualidade e inovação da oferta educativa” (INFQ, 2012: 7).

Para além do projecto acima descrito (Plano Nacional de Formação de Quadros), o Instituto Nacional de Formação de Quadros concebeu o projecto denominado “Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP) 2008-2015” que constitui um dos fundamentos do presente trabalho de investigação, uma vez que pretendemos propor ao Ministério da Educação, e mais especificamente à Formação de Professores, um glossário terminológico, tendo em conta um dos objectivos do PMFP que consiste na *“criação de ferramentas que constituirão material de apoio para os professores em formação inicial e para os professores em formação contínua”* (PMFP, 2007: 43).

O Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP) é um projecto abrangente, constituído por sub-projectos de acção, cujas metas de execução são denominadas “Eixos de intervenção” – *“objectivos cujo desenvolvimento visa atingir diferentes resultados que estão enunciados e sistematizados num conjunto de quadros lógicos, parte do documento técnico que contempla o PMFP”* (PMFP, 2007: 8).

O Projecto apresenta um total de oito (8) eixos de intervenção, sendo que cada eixo representa uma actividade a ser implementada a nível do sector da Formação de Professores. Deste modo, os eixos de intervenção do PMFP são os seguintes:

- Eixo 1: Pilotar e avaliar a reforma da Formação Contínua e Inicial;
- Eixo 2: Melhorar a organização e gestão das instituições de Formação de Professores;
- Eixo 3: Melhorar as infraestruturas e os equipamentos;
- Eixo 4: Formar os Supervisores e os Formadores das Escolas de Formação de Professores (EFP);
- Eixo 5: Implementar um dispositivo de gestão e administração da Formação Contínua e à Distância;
- Eixo 6: Melhorar a equidade e a qualidade da formação Contínua e à Distância;
- Eixo 7: Rever as políticas de acesso às instituições de Formação Inicial;
- Eixo 8: Melhorar a qualidade da Formação Inicial (PMFP, 2007: 15).

Após a transcrição dos oito (8) eixos de intervenção, é possível verificar que o PMFP 2008 – 2015 não obstante apresentar como foco principal a Formação de Professores, agrega outras finalidades no âmbito do mesmo subdomínio, que vão do melhoramento das infraestruturas e equipamentos das Escolas de Formação de Professores à revisão das políticas de acesso às instituições pedagógicas, conforme é possível verificar nos eixos três (3) e sete (7).

Importa ainda referir que, para cada acção “macro” proposta por intermédio dos eixos de intervenção, o PMFP desenvolve actividades a nível “micro”, no sentido de alcançar os objectivos propostos pelas acções “macro”.

1.3. Caracterização do Novo Sistema de Educação e Ensino em Angola

De acordo com a legislação, o «Sistema de Educação e Ensino é o conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino, por meio das quais se realiza o processo educativo, tendente à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de direito, paz e progresso social.»⁹

A designação “Novo Sistema de Educação e Ensino” surge em detrimento da aprovação da Lei de Bases do Sistema de Educação (implementada aos 31 de Dezembro de 2001 com a promulgação da segunda reforma educativa, cuja actualização efectuou-se aos 7 de Outubro de 2016), em que a primeira reforma educativa deixa de estar em vigor, e é efectuada uma reorganização do Sistema de Educação e Ensino, através da implementação de novos Subsistemas de Ensino e da alteração na constituição dos Subsistemas de Ensino outrora existentes.

Deste modo, com a alteração efectuada a nível dos Subsistemas de Ensino, houve conseqüentemente, uma alteração a nível da terminologia da Educação, resultado da transição da primeira para a segunda reforma educativa, cuja explanação pormenorizada procederemos nos capítulos subsequentes do presente trabalho de investigação.

Conforme referimos no ponto 1.1 a primeira reforma educativa dividia o Sistema de Educação e Ensino em três (3) subsistemas: o Subsistema de Ensino Geral, o Subsistema de Ensino Técnico-Profissional e o Subsistema de Ensino Superior.

⁹ Cf. Art. 2º nº3 da Lei de Bases do Sistema da Educação (LBSE).

Por conseguinte, com a implementação da segunda reforma educativa, o Sistema de Educação e Ensino que outrora era constituído por apenas três (3) subsistemas, passou a estar constituído por seis (6) subsistemas circunscritos no seguinte:

- Subsistema de Educação Pré-Escolar
- Subsistema de Ensino Geral
- Subsistema de Ensino Técnico-Profissional
- Subsistema de Formação de Professores
- Subsistema de Educação de Adultos
- Subsistema de Ensino Superior (LBSE, art. 17º nº2).

Os seis (6) Subsistemas de Ensino acima transcritos, representam a actual constituição do Sistema de Educação e Ensino em Angola. Deste modo, pretendemos com o presente trabalho, estudar a terminologia da Educação, tendo em conta as alterações ocorridas a nível das designações do domínio, com a transição da primeira reforma para a segunda reforma educativa.

Por outro lado, pretendemos de igual modo, cingir a nossa análise à terminologia do Subsistema de Formação de Professores enquanto subdomínio da Educação, tendo em conta sobretudo, o Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP).

Deste modo, no intuito de prestar contributo à estratégia de “criação de ferramentas que constituirão material de apoio para os professores em formação inicial e para os professores em formação contínua” (cf. PMFP, 2007: 43), a proposta de um glossário terminológico para o Ministério da Educação, mais especificamente para a Formação de professores, irá contribuir para a organização da terminologia resultante da implementação da segunda reforma educativa ao Sistema de Educação e Ensino, bem como promover aos docentes e futuros docentes em formação, um recurso terminológico para fins de consulta.

Feita a introdução relativa ao Ministério da Educação e à constituição do actual Sistema de Educação e Ensino, dedicaremos os pontos a seguir, à apresentação do Subsistema de Formação de Professores em Angola, uma vez que constitui um dos principais focos de abordagem do presente trabalho de investigação.

1.4. Subsistema de Formação de Professores

De acordo com a legislação vigente, o Subsistema de Formação de Professores é assegurado pelos artigos de 43º a 51º da LBSE proclamada pelo Decreto-Lei nº 17/16 de 7 de Outubro de 2016 onde são estabelecidos os princípios e pressupostos que regem o subdomínio da Formação de professores:

- a) *Formar professores e demais agentes de educação com o perfil necessário à materialização integral dos objectivos gerais da educação nos diferentes subsistemas de ensino;*
- b) *Formar professores e demais agentes da educação com sólidos conhecimentos científicos, pedagógicos, metodológicos, técnicos e práticos;*
- c) *Promover hábitos, habilidades, capacidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento da consciência nacional;*
- d) *Promover a integridade e idoneidade patriótica, moral e cívica, de modo que os professores e agentes da educação assumam com responsabilidade a tarefa de educar;*
- e) *Desenvolver acções de actualização e aperfeiçoamento permanente dos professores e agentes da educação;*
- f) *Promover acções de agregação pedagógica destinadas a indivíduos com formação em diversas áreas de conhecimento para o exercício do serviço docente (LBSE, art. 44º).*

Conforme o disposto pelo art. 44º al. b), o Subsistema de Formação de Professores, para além da formação do quadro docente, prevê a formação dos agentes da educação que vai desde os Directores das Escolas de Formação de Professores (EFP), Formadores, Supervisores, aos demais elementos que constituem o quadro do sector da Educação (cf. PMFP, 2007).

Por regra, o Subsistema de Formação de Professores é implementado após o nono ano de escolaridade, que corresponde ao ingresso às Instituições do IIº Ciclo do Ensino Secundário¹⁰ (cf. LBSE, art. 47º nº 1).

Outrossim, de acordo com a legislação, o Subsistema de Formação de Professores está constituído pela seguinte estrutura (LBSE, art. 45º):

¹⁰ Anteriormente designadas por Instituições de “Ensino Médio” (1ª Reforma educativa) - Lei nº 4/75 de 9 de Dezembro de 1975

- a) Ensino Secundário Pedagógico
- b) Ensino Superior Pedagógico

O Ensino Secundário Pedagógico preconiza como um dos seus principais objectivos “*capacitar indivíduos para o exercício da actividade docente-educativa na Educação Pré-Escolar, Ensino Primário e Iº ciclo do Ensino Secundário*” « LBSE, art. 48 al. b) ».

O Ensino Superior Pedagógico por sua vez, está vocacionado para a “*formação de professores e demais agentes da educação, habilitando-os para o exercício da actividade docente e de apoio à docência em todos os níveis e subsistemas de ensino*” (LBSE, art. 49º).

Após a colonização portuguesa, que deu origem à proclamação oficial do ensino em Angola, tornaram-se professores os indivíduos que possuíam maior instrução escolar, e tencionavam ser quadros do sector da Educação que acabara de ser implementado. (cf. MED, 2007). Por esta razão, o Sistema de Educação e Ensino em Angola contou, durante anos, com um grande número de professores que não possuíam a formação mínima exigida.

Com a implementação da segunda reforma educativa¹¹ foram desenvolvidos mecanismos no sentido de diminuir e, posteriormente, extinguir o índice de professores sem a formação mínima exigida, bem como o índice de professores cuja formação académica não é na área em que exercem funções - “Docência” (cf. MED, 2007). Destes mecanismos, resultou o artigo nº 44º al. f) da LBSE que propõe a “*promoção de acções de agregação pedagógica destinadas a indivíduos com formação em diversas áreas do conhecimento para o exercício do serviço docente*” « LBSE, art.44º, al. f) ».

Na mesma ordem de ideias, o Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP) 2008 – 2015 preconizou estratégias de acção no âmbito da Formação de Professores, resultantes de um levantamento feito a nível do sector da Educação, em que constatou-se que “*muitos professores que já fazem parte do sistema educativo angolano e trabalham nos mais recônditos cantos do país, dando tudo de si para a melhoria da Educação em Angola, possuem formação académica, mas não têm agregação pedagógica; existem também os que trabalham mesmo sem a formação exigida, razão pela qual precisam contemplar a sua formação académica, pedagógica e*

¹¹ Promulgada com a implementação da primeira versão da LBSE.

profissional no sentido de melhorarem as suas práticas nas salas de aula, garantindo aos seus alunos aprendizagens de qualidade” (PMFP, 2007: 9).

Outrossim, Zau (2002: 136) aponta a “*ausência de professores em quantidade e qualidade para todos os níveis de ensino*”, como uma das maiores debilidades presentes no Sistema de Educação e Ensino em Angola.

Deste modo, no intuito de dar solução às debilidades existentes no Sistema de Educação e Ensino, o INFQ efectuou um levantamento a nível nacional, espelhando o número de docentes no exercício das suas funções, bem como o seu grau de formação académica (PMFP, 2007: 10) :

Perfil do Professor	Nº de Professores
Professores com a 4ª classe	1.470
Professores com a 6ª classe	4.816
Professores com a 8ª classe	28.872
Professores com Ensino Médio sem Agregação Pedagógica	6.685
Professores com Ensino Superior sem Agregação Pedagógica	238
Professores com Ensino Médio com Agregação Pedagógica	16.217
Professores com Ensino Superior com Agregação Pedagógica	909

Tabela nº 1: Levantamento do grau de formação de professores feito pelo INFQ no âmbito do Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP, 2007).

Em função do levantamento feito e apresentado na tabela acima transcrita, o PMFP concluiu que deveriam ser organizadas formações contínuas e à distância para os diferentes perfis de professores, sendo que **35.158** professores deveriam beneficiar de formações para elevar o seu nível académico e ao mesmo tempo a sua formação pedagógica, **6.723** deveriam ser objecto de formação pedagógica e **17.124** deveriam beneficiar de acções de formação apenas para actualização científica e pedagógica (PMFP, 2007: 10).

Todavia, tendo em conta as debilidades do domínio, o Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP) propõe quatro (4) objectivos gerais:

- Promover uma reflexão sobre a problemática da Formação de Professores em Angola;
- Contribuir para melhorar a qualidade da Formação inicial, contínua e à distância dos professores do Ensino Primário e do 1º Ciclo;
- Propor acções para melhorar a qualidade do desempenho dos diferentes actores da Educação, nomeadamente os Directores das escolas, Supervisores e Formadores das instituições de Formação de Professores;
- Funcionar como um plano directório das acções do Ministério da Educação e das acções dos diferentes projectos externos, a nível da Formação de Professores, estabelecendo a coordenação e a articulação entre elas, de forma a lhes dar uma maior coerência interna, e promover a eficácia dos recursos existentes. (PMFP, 2007: 7).

Para além dos objectivos gerais traçados, após a implementação dos eixos de intervenção, o PMFP 2008 – 2015 preconiza os seguintes resultados:

- O equilíbrio entre a procura e a oferta de professores a nível do sector educativo;
- A integração imediata dos professores formados pelas Escolas de Formação de Professores (EFP);
- A admissão em massa de professores com a formação pedagógica exigida;
- A resposta imediata da Formação inicial às necessidades do sistema (PMFP, 2007: 48).

Feita a caracterização do Subsistema de Formação de Professores, bem como a apresentação das estratégias de acção do PMFP para colmatar as dificuldades existentes a nível da formação de professores, dedicamos os dois pontos a seguir do presente trabalho, à descrição dos tipos de formação de professores, de acordo com a legislação em vigor no sector da Educação em Angola (LBSE).

1.4.1. Formação inicial de professores

A Formação inicial de professores, conforme a própria designação sugere, representa o primeiro contacto estabelecido entre o professor¹² ou futuro professor e a acção formativa pedagógica. Deste modo, é de extrema relevância que a Formação inicial proporcione ao docente,

¹² Tendo em conta que no Sistema de Educação e Ensino em Angola ainda existam (embora numa percentagem reduzida) professores sem a formação mínima exigida, é possível verificar em algumas EFP casos de professores que apesar de estarem na primeira fase do processo formativo (Formação inicial) já exerçam a função de “Professor” em instituições de Ensino Primário e/ou Secundário (cf. PMFP, 2007).

bases pedagógicas sólidas, para que o mesmo possa exercer com excelência o seu papel no âmbito da Educação.

Mello (2000: 98) define a Formação inicial como *“uma componente de uma estratégia mais ampla de profissionalização do professor, indispensável para implementar uma política de melhoria da educação básica”*.

De acordo com a transcrição acima, o autor destaca a Formação inicial de professores, como um factor indispensável para a melhoria da qualidade de ensino. O autor evidencia de igual modo, que a Formação inicial constitui apenas uma componente da ampla estratégia que é a formação integral do professor.

A Formação inicial de professores em Angola é descrita pelo art. 47º nº 1 da Lei de Bases do Sistema de Educação, onde é previsto que *“o ensino secundário pedagógico realiza-se após a conclusão da 9ª classe, com duração de 4 anos em Escolas de Magistério”*.

Deste modo, de acordo com um levantamento feito no âmbito do Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP), fazem parte do leque das instituições de Formação inicial de professores, as Escolas do Magistério Primário, as Escolas do Futuro (ADPP)¹³, os Institutos de Ciências Religiosas (ICRA), os Institutos Médios Normais de Educação (IMNE), os Institutos Médios Normais com Formação de Professores e os Institutos Politécnicos com Formação de Professores, conforme é possível verificar no quadro que se segue:

Número de Escolas	
Escolas do Magistério Primário	2
Escolas do Futuro (ADPP)	6
Institutos de Ciências Religiosas (ICRA)	5
Institutos Médios Normais de Educação (IMNE)	25

¹³ As escolas do Futuro foram criadas no ano de 1996 em resultado de um acordo entre o Ministério da Educação de Angola e a ONG, “Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo” (ADPP) cujo objectivo principal consiste na implementação de escolas de Formação de Professores em zonas rurais e comunidades periféricas a nível de todo o país (cf. ADPP & MED, 2005).

Institutos Médios Normais com Formação de Professores	4
Institutos Politécnicos com Formação de Professores	3
Total	45

Tabela nº 2: Número de Escolas de Formação de Professores em Angola (PMFP, 2007).

O levantamento do número de Escolas de Formação de Professores em Angola feito pelo INFQ no âmbito do PMFP corresponde apenas à 13 das 18 províncias do país, o que torna os dados aproximados e não propriamente conclusivos. (cf. PMFP, 2007:11).

“Com vista a resolução gradual dos constrangimentos ainda existentes na Formação Inicial e Contínua de professores, o Ministério da Educação tem vindo a estabelecer parcerias com ONG’s e instituições religiosas, com capacidade comprovada para colaboração no domínio da formação e capacitação de professores” (ADPP & MED, 2005: 3).

O excerto acima transcrito é parte de um documento elaborado pela ADPP (Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo) em parceria com o Ministério da Educação de Angola, no âmbito do projecto *Plano de Expansão - 10 Novas Escolas de Professores do Futuro*. O Plano de expansão consiste no providenciamento, estabelecimento e funcionamento de Escolas do Futuro¹⁴ a nível de todo o país (Angola), sendo a estimativa, formar 95 professores por ano e, conseqüentemente, contribuir para o suprimento das necessidades emergentes do sector da Educação em Angola. (cf. ADPP & MED, 2005).

De acordo com o INIDE (2003 a : 8) uma das maiores dificuldades no processo formativo de professores em Angola, é o facto de a formação dada aos (futuros) professores que frequentam as Escolas de Formação de Professores (EFP), ser dada de forma *“muito geral, teórica e abstracta”*. O mesmo instituto acrescenta que, em grande parte das EFP, a nível de todo o país, a formação é essencialmente *“dominada por abordagens normativas prescritas e descritas”* fazendo deste modo, com que os professores apresentem um perfil de saída menos desejado.

¹⁴ Escolas do Futuro é a denominação concebida pela ADPP às Escolas de Formação de Professores projectadas no âmbito do “Plano de Expansão - 10 Novas Escolas de Professores do Futuro” (cf. ADPP & MED, 2005).

Na mesma ordem de ideias, o PMFP aponta os seguintes pontos como os principais “problemas” a nível da Formação inicial de professores em Angola:

- *Pouca eficácia da Formação de Professores;*
- *Baixo nível de exigência do perfil de entrada dos alunos nas instituições de formação;*
- *Distribuição geográfica inadequada dos professores;*
- *Utilização descoordenada das instâncias de formação existentes: Institutos Médios Normais de Educação (IMNE), Institutos Politécnicos e Escolas de Magistério Primário (EMP) e suas congéneres;*
- *Desarticulações em torno da Reforma do Sistema Educativo;*
- *Descoordenação a nível de esforços de Formação de Professores, externos ao Ministério da Educação, entre outros, a ADPP, o ICRA e a formação PALOP'S. (PMFP, 2007: 11).*

Todavia, com a perspectiva de superar as debilidades emergentes no Subsistema de Formação de Professores, o PMFP 2008 – 2015 criou estratégias de acção, desenvolvidas nos eixos de intervenção sete (7) e oito (8) que visam especificamente a melhoria da Formação inicial a nível do Sistema de Educação e Ensino, bem como os seus respectivos prazos de execução:

Eixo 7: Rever as políticas de acesso às instituições de Formação Inicial
7.1. Definir Procedimentos e os instrumentos de selecção dos candidatos (2007 – 2008)
7.2. Implementação de um dispositivo de matrículas dos alunos de acordo com os requisitos estabelecidos (2007 – 2011)
Eixo 8: Melhorar a qualidade da Formação Inicial
8.1. Definição das modalidades de avaliação dos alunos (2007 – 2009)
8.2. Revisão dos programas da Formação Inicial (2011 – 2015)
8.3. Elaboração de materiais didáticos para a Formação Inicial (2007 – 2012)
8.4. Implementação e seguimento de fundamentos da abordagem por competências nas práticas de sala de aula (2012 – 2015)

Tabela nº3: Eixos de Intervenção de número sete (7) e oito (8) do Plano Mestre de Formação de Professores, desenvolvidos no âmbito da Formação Inicial de Professores (PMFP 2007: 45 – 46).

Por conseguinte, para além da Formação inicial de professores, a legislação vigente no Sistema de Educação e Ensino prevê a Formação contínua como parte integrante das modalidades de formação de professores, sendo ambas complemento uma da outra, e estão na base da prossecução de um ensino de qualidade (cf. PMFP, 2007).

Deste modo, procederemos, no ponto a seguir, à caracterização da Formação contínua de professores, de acordo com a realidade do sector da Educação em Angola.

1.4.2. Formação contínua de professores

A Formação contínua de professores representa nos dias de hoje, uma das mais importantes variáveis para o alcance de um ensino de qualidade (cf. França, 2007: 1). Nesta ordem de ideias, o Sistema de Educação e Ensino em Angola, enquadra a Formação contínua de professores em duas (2) diferentes categorias (INIDE, 2003 a : 7):

- Agregação Pedagógica e
- Aperfeiçoamento

Conforme abordamos no ponto 1.4 do presente trabalho, há um índice elevado de professores cuja formação não se insere no âmbito da actividade pedagógica (cf. PMFP, 2007). É de igual modo notório, o índice de professores que não possuem a formação mínima exigida. Por esta razão, a categoria de “Agregação Pedagógica” é adoptada pelo Sistema de Educação e Ensino, no intuito de tornar os professores formados na área de especialidade a que exercem funções, e consequentemente, contribuir para que os mesmos aperfeiçoem as suas competências a nível da docência.

De acordo com o Plano Mestre de Formação de Professores, a Formação contínua de professores pode ser realizada presencialmente ou à distância. (cf. PMFP, 2007).

A Formação contínua presencial é caracterizada pela presença dos formandos (professores), e do (s) formador (s) indicado (s) pelo Ministério da Educação. A formação contínua à distância por sua vez, é caracterizada pelo envio dos módulos de formação (currículos pedagógicos, guias, manuais e folhetos) às instituições pedagógicas a nível de todo o país (Angola), onde a actividade formativa de professores ainda não é realizada, ou não é realizada com

frequência. Normalmente incorporam as províncias do interior do país onde o sector da Educação é menos desenvolvido em relação à capital.

Ainda no âmbito da descentralização da actividade formativa, o Ministério da Educação de Angola em colaboração com o INFQ desenvolveu um projecto denominado “Zonas de Influência Pedagógica” (ZIP’s) cujos objectivos circunscrevem-se no seguinte (INFQ, 2012 b : 3-4):

- *Descentralizar da acção formativa, a nível da província, municípios e comunas;*
- *Estruturar Centros de Apoio Pedagógico para otimizar a formação / capacitação;*
- *Controlar e acompanhar um conjunto de escolas, de forma a proporcionar-lhes ferramentas e mecanismos de ajuda para o seu melhor desempenho;*
- *Contribuir para a capacitação sob medida dos profissionais da Educação;*
- *Melhorar o desempenho dos profissionais da Educação contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino.*

As Zonas de Influência Pedagógica “*são constituídas por N escolas localizadas próximas umas das outras de acordo com a natureza de cada província, município e comuna*” (INFQ, 2012 b: 2). Por conseguinte, dependendo da sua localização geográfica, as ZIP’s podem apresentar desde duas (2) a dez (10) escolas no seu núcleo integrante, salvo excepções (*ibidem*).

Uma vez que um dos principais objectivos das ZIP’s consiste em contribuir para a descentralização da acção formativa de professores a nível do país, o Ministério da Educação estabelece que “*cabará às Escolas de Formação de Professores fazer a coordenação metodológica das acções de formação a realizar nas ZIP’s e constituir o Núcleo de Formação Contínua e à Distância*”. (INFQ, 2012 b: 4). Deste modo, podemos denotar que apesar de as ZIP’s serem regidas por uma política de descentralização, as mesmas deverão ter em conta e seguir os parâmetros metodológicos (desde o material de apoio às práticas pedagógicas a exercer no contexto de sala de aula) estabelecidos pelas principais Escolas de Formação de Professores que não constituem as ZIP’s.

De acordo com a legislação vigente no Sistema de Educação e Ensino em Angola, a Formação contínua de professores “*é assegurada predominantemente pelos Centros de Formação de Professores ou por outras instituições de Ensino autorizadas para o efeito*” (LBSE at. 47º nº 3).

Entretanto, o PMFP assume a Formação contínua e à distância de professores, como “*um instrumento de permanente actualização, reflexão e auto-avaliação*” (PMFP, 2007: 4). Com isto, é possível constatar que a acção formativa de professores não se resume à conclusão da Formação inicial, mas num processo de permanente actualização, cujo objectivo principal consiste no alcance de um ensino de qualidade (*ibidem*).

O PMFP dedica especificamente os seus eixos de intervenção de número cinco (5) e seis (6) à Formação contínua e à distância de professores, onde são traçadas estratégias de acção constituídas por projectos de nível micro e macro, bem como os prazos de previsão de conclusão dos projectos, cujos principais (nível macro) circunscrevem-se no seguinte (PMFP, 2007):

Eixo 5: “Implementar um dispositivo de Gestão e Administração da Formação Contínua e à Distância”
5.1 Regulamentação das acções de Formação contínua e à distância (2008)
5.2 Desenvolvimento de uma estrutura institucional e administrativa de Formação contínua e Formação à distância (2009 - 2015)
5.3 Elaboração do Plano Geral da Formação contínua e à distância e do dispositivo de análise das necessidades de formação (2009 - 2014)
5.4 Elaboração de uma base de dados sobre os professores (2010 - 2014)
Eixo 6: “Melhorar a equidade e a qualidade da Formação Contínua e à Distância”
6.1 Aumento da oferta e da equidade da Formação contínua e à distância (2008 - 2015)
6.2 Realização de cursos de Formação contínua e à distância (2008 - 2015)

Tabela nº 4: Eixos de Intervenção de número cinco (5) e seis (6) do Plano Mestre de Formação de Professores, desenvolvidos no âmbito das Formações Contínua e à Distância de professores (PMFP, 2007: 43 – 44).

Feito o enquadramento teórico do domínio em estudo, passamos ao capítulo seguinte, que consiste na organização do *corpus* do presente trabalho de investigação.

CAPÍTULO II: ORGANIZAÇÃO DO *CORPUS* TEXTUAL

2.1. O *Corpus*

Em Terminologia, a utilização do *corpus* textual constitui uma importante ferramenta para a realização do trabalho terminológico. Nesta acepção, o *corpus* pode ser entendido como “*um conjunto de textos escritos ou falados numa língua, disponíveis para análise*” (Trask, 2004 *apud* Aluísio & Almeida, 2006: 156).

Deste modo, os textos que constituem o *corpus* deverão estar organizados segundo tipos, bem como pertencer a um domínio de especialidade.

Nesta medida, Costa (2005 : 2) afirma que “*Tous les corpus ne servent pas le même but, ce qui nous oblige à réfléchir sur les critères de composition de corpus et en conséquence à établir des critères de sélections de typologies de types et de genres de textes et/ou de discours*”.

De acordo com Bacelar (2003: 2) “*A qualidade de um projecto terminológico ou terminográfico está directamente relacionada com a qualidade do corpus especializado em que se baseia*”. Deste modo, consideramos que, para que um *corpus* de especialidade seja considerado de “qualidade”, é necessário que o mesmo obedeça a determinados critérios. Silva (2014: 104) estabelece a “*fiabilidade, pertinência e adequação*” como alguns dos critérios essenciais na determinação da qualidade de um *corpus*.

Nesta ordem de ideias, o critério da *fiabilidade* está relacionado com a fonte ou entidade que produziu ou disponibilizou os textos, tendo de estar sempre claro se estamos perante uma informação de especialidade ou não. Os critérios da *pertinência* e da *adequação* por sua vez, complementam o critério da *fiabilidade*, na medida em que, ao estarmos perante uma entidade cuja informação de especialidade é considerada fiável, é de igual modo necessário, que esta informação seja pertinente e adequada ao propósito da investigação.

Convém de igual modo referirmo-nos ao critério da “*representatividade*”. Biber (1993: 1) refere que “*representativeness depends on issues such as number of words per text sample, the number of samples per text, and the number of texts per text type*”. Porém, é de igual modo importante termos em conta que o critério da representatividade não tem a ver apenas com o tamanho do *corpus* mas também com o grau de relevância e aceitação que os textos têm perante

uma comunidade científica ou profissional. Nesta ordem de ideias, Costa & Silva (2008 : 7) ressaltam que “*Un corpus de textes d’un domaine spécifique se compose idéalement de textes qui correspondent à une organisation typologique qui a pour but d’instaurer une certaine forme de représentativité ; la représentativité non au sens statistique, mais au sens de l’acceptation du texte en tant que production scientifiquement reconnue par les membres qui composent la communauté scientifique ou professionnelle, dans laquelle et par laquelle le texte a été produit*”. Deste modo, consideramos que para além do tamanho, é necessário que os textos a constituir o *corpus* sejam textos que se enquadrem no âmbito do domínio em análise, e que sejam reconhecidos perante a comunidade científica ou profissional.

2.1.1. Organização e caracterização do *corpus*

Tendo em conta os principais objectivos do presente estudo, para a constituição do *corpus*, servimo-nos da documentação produzida pelo Ministério da Educação, bem como da documentação produzida por algumas das suas instituições tuteladas, que são responsáveis pela formação de professores em Angola. Servimo-nos de igual modo, das legislações que fazem referência ao sector da Formação de Professores.

Conforme nos referimos no parágrafo anterior, os textos recolhidos para a constituição de *corpus* do presente trabalho, são provenientes de mais de uma instituição de Educação em Angola. Nesta senda, os mesmos foram organizados de acordo com uma “*tipologia*”, que Costa & Silva (2008 : 6) definem como “*le résultat de l’organisation des textes en fonction des traits qui les caractérisent et qui leurs sont communs, permettant une classification*”.

Deste modo, os textos que constituem o *corpus* do presente trabalho, organizam-se de acordo com a seguinte tipologia :

Tipos de texto	Instituição
Comunicações	Instituto Nacional de Formação de Quadros (INFQ)
Currículos Pedagógicos	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE)
Legislações	Assembleia da República; Ministério da Educação (MED)

Memorandos	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE)
Ofícios	Ministério da Educação (MED)
Projectos	Instituto Nacional de Formação de Quadros (INFQ)
Relatórios	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE); Ministério da Educação (MED)

Tabela nº5: Tipologia dos textos que constituem o *corpus*.

De acordo com a tabela acima apresentada, a coluna à esquerda corresponde aos tipos de textos recolhidos para a constituição do *corpus*, e a coluna à direita corresponde às instituições a que recorreremos, para a recolha dos referidos textos. Esta tipologia foi constituída desta forma, por termos verificado que os documentos supracitados são os documentos mais produzidos pelo MED e pelas suas instituições tuteladas, relativamente ao subdomínio da Formação de Professores.

Deste modo, apresentamos, a seguir, as tipologias dos textos que constituem o *corpus*. Estas tipologias foram elaboradas de acordo com os tipos de textos produzidos nas instituições a que recorreremos¹⁵:

Tipologia I		
Ofícios	<ul style="list-style-type: none"> - Evolução da Educação e Ensino em Angola (2002 – 2008). - Gestão do Ensino Técnico-Profissional – 2010 - Principais Indicadores da Educação 2008 – 2012 - Reflexões sobre a evolução do Sistema de Educação de Angola ao longo dos 35 anos de Independência. 	Ministério da Educação de Angola (MED)

¹⁵ A “Tipologia I” corresponde aos textos recolhidos no Ministério da Educação de Angola e às principais legislações do Subsistema de Formação de Professores; a “Tipologia II” contém os textos recolhidos nas instituições tuteladas pelo MED, referentes ao Sistema de Educação e Ensino em geral, bem como ao sector da Formação de Professores.

Relatórios	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação Global da Reforma Educativa e Medidas para Acção. - Indicadores de Eficácia da Reforma Educativa. - Relatório sobre a Avaliação Global da Reforma Educativa. 	Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Reforma Educativa (CAARE)
Legislações	<ul style="list-style-type: none"> - Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE) (Lei nº 17/16 de 7 de Outubro de 2016). - Estatuto Orgânico do Ministério da Educação de Angola (Decreto 221/ 14 de 28 de Agosto de 2014). - Estatuto do Subsistema de Formação de Professores. 	Assembleia da República; MED

Tabela nº6: Tipologia I: Documentos extraídos no MED, CAARE e legislações vigentes no âmbito do Subsistema de Formação de Professores.

Conforme podemos verificar na Tabela nº 6, para além dos ofícios provenientes do Ministério da Educação e da legislação relativa ao Subsistema de Formação de Professores, recorreremos de igual modo à CAARE (Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Reforma Educativa) por tratar-se de uma comissão desenvolvida pelo MED, responsável pela avaliação e acompanhamento da implementação da segunda reforma educativa a nível nacional (Angola).

Deste modo, considerámos os Relatórios produzidos pela CAARE pertinentes para o presente estudo, por elucidarem, sobretudo, sobre as alterações decorrentes da transição da primeira reforma para a segunda reforma educativa, o que envolve, automaticamente, questões ligadas à terminologia do domínio da Educação.

Por outro lado, achámos de igual modo pertinente recorrer aos textos produzidos pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Reforma Educativa (CAARE), pelo facto de os mesmos apresentarem dados “actualizados” relativamente ao processo de implementação da segunda reforma educativa, o que engloba conseqüentemente, o Subsistema de Formação de

Professores, uma vez que o mesmo foi instituído com a promulgação da segunda reforma educativa¹⁶.

Numa segunda fase, para a compilação dos documentos que constituíram o *corpus* do presente trabalho, recorreremos a duas (2) das instituições tuteladas pelo Ministério da Educação:

Tipologia II		
Projectos	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Mestre de Formação de Professores (2008 – 2015). - Plano Nacional de Formação de Quadros (2013 – 2020). 	Instituto Nacional de Formação de Quadros (INFQ)
Comunicações	<ul style="list-style-type: none"> - Resumo sobre o Projecto de Supervisão de Professores. - Resumo sobre as Zonas de Influência Pedagógica – ZIP’s. 	
Currículos Pedagógicos	<ul style="list-style-type: none"> - Currículo de Formação de Professores do 1º ciclo do Ensino Secundário (2003). - Currículo de Formação de Professores do 1º ciclo do Ensino Secundário (2004). 	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE)
Relatórios	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório explicativo dos organigramas do Sistema de Educação. - Relatório sobre o Plano de Acção Nacional de Educação para Todos (PAN/EPT). 	
Memorandos	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterização global do contexto angolano e respectivo Sistema educativo. - Comparação entre o Sistema de Educação em vigor e o Sistema de Educação a implementar. 	

Tabela nº7: Tipologia II: Documentos extraídos nas instituições tuteladas pelo MED.

¹⁶ Cf. LBSE art. 43º

A escolha das instituições tuteladas (INFQ e INIDE) apresentadas na Tipologia II como recurso de selecção de textos para a constituição do *corpus* deve-se ao facto de as mesmas corresponderem às principais instituições tuteladas pelo Ministério da Educação, responsáveis pela Formação de Professores a nível de Angola.¹⁷

Após desenvolvermos a questão da tipologia dos textos que constituem o *corpus* no geral, passamos para o tópico a seguir, que consiste na selecção do *corpus* de análise do presente trabalho, de acordo com os objectivos da nossa pesquisa.

2.1.2. Selecção de textos: *Corpus* de análise

De acordo com Coleti et al. (2007: 5) “*a selecção de textos consiste basicamente em definir quais os textos [que] são pertinentes e relevantes para a pesquisa*”. Deste modo, uma vez que o principal objectivo do nosso trabalho consiste no estudo da terminologia da Educação tendo em conta o contexto de transição da primeira para a segunda reforma educativa, à luz do Subsistema de Formação de Professores, fizemos incidir a nossa análise terminológica sobre os seguintes documentos: Manual elaborado pelo Instituto Nacional de Formação de Quadros (INFQ) no âmbito do PMFP, Currículos Pedagógicos da Formação de Professores do Iº ciclo do Ensino Secundário, Lei de Bases do Sistema de Educação, e por último, sobre o Estatuto do Subsistema de Formação de Professores:

<i>Corpus</i> de análise	
Currículos Pedagógicos	<ul style="list-style-type: none"> - Currículo de Formação de Professores do Iº ciclo do Ensino Secundário (2003). - Currículo de Formação de Professores do Iº ciclo do Ensino Secundário (2004).
Legislações	<ul style="list-style-type: none"> - Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE) (Lei nº 17/16 de 7 de Outubro de 2016).

¹⁷ Conforme é possível verificar no disposto expresso pelos artigos de número 22º e 23º do Decreto-Lei nº7/03 de 17 de Junho onde as instituições INFQ e INIDE são implementadas como órgãos tutelados pelo MED, em que as mesmas são promulgadas como responsáveis pela formação do quadro docente e administrativo a nível nacional, bem como pela investigação pedagógica e elaboração de currículos e materiais pedagógicos, respectivamente.

Legislações	- Estatuto do Subsistema de Formação de Professores.
Projecto (s)	- Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP) 2008 – 2015

Tabela nº8: *Corpus* de análise.

Uma vez identificados os textos que constituem o *corpus* de análise, convém elucidar sobre a pertinência de cada um para o presente trabalho de investigação:

O Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP) 2008 - 2015 “*é um documento que expressa as ambições e aspirações do Governo da República de Angola relativamente à Formação de Professores*” (PMFP, 2007: 5). É um documento de 50 páginas concebido pelo Ministério da Educação de Angola e executado pelo INFQ onde são traçadas as linhas mestras para a Formação de Professores a nível nacional. O documento possui metas de execução (denominadas “eixos de intervenção”) em que são estabelecidas acções de melhoria para as formações inicial, contínua e à distância de professores.

Deste modo, o PMFP tem pertinência por tratar-se de um texto de especialidade¹⁸ e por inserir-se no âmbito dos objectivos traçados pela nossa pesquisa.

Os Currículos de Formação de Professores do 1º Ciclo do Ensino Secundário (2003) e (2004) correspondem aos únicos currículos pedagógicos da Formação de Professores elaborados pelo INIDE¹⁹. Deste modo, uma vez que a documentação em causa é precursora e constitui a única referência no que diz respeito aos currículos pedagógicos da Formação de Professores, considerámos relevante seleccionar a documentação em causa para análise terminológica, pelo facto de a mesma ainda se encontrar em vigor no Sistema de Educação e Ensino de Angola.

A Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE) conforme foi elucidado anteriormente, é a lei que está na base da implementação do Novo Sistema de Educação e Ensino, que constitui a

¹⁸ Texto de especialidade é um produto estável que resulta de uma actividade intelectual e profissional, provinda de uma comunidade de comunicação especializada (Costa, 2001 : 60).

¹⁹ Instituição responsável pela investigação pedagógica, realização de estudos e elaboração dos currículos e materiais pedagógicos. (Decreto-Lei nº7/03 de 17 de Junho secção V, art. 21º).

reorganização do antigo Sistema de Educação e Ensino, outrora ditado pela primeira reforma educativa.

O estatuto do Subsistema de Formação de Professores “*estabelece as normas gerais do processo de formação de professores, em conjugação com a regulamentação do ensino superior, no caso específico da formação de professores e agentes da educação em Institutos e Escolas Superiores de Ciências da Educação*” - PREPA²⁰ (MED, 2006 : 1).

Tendo em conta que o estatuto acima referido faz menção às normas gerais do processo de formação de professores, o mesmo enquadra-se no âmbito da nossa pesquisa pelos objectivos já frisados anteriormente.

²⁰ PREPA é a abreviação de “Projecto de Formação de Formadores de Professores para o Ensino Primário”, projecto desenvolvido entre os anos de 2006 e 2011 pela Escola Superior de Educação (ESE) de Setúbal e o Magistério Primário de Benguela, e contou com a colaboração do INFQ (Luanda) e o financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e do Ministério da Educação de Angola. Como resultado deste projecto, foi instituído pelo MED, o Estatuto do Subsistema de Formação de Professores, documento que julgamos ser relevante para o presente estudo.

CAPÍTULO III: TRATAMENTO SEMIAUTOMÁTICO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

3.1. Tratamento semiautomático do *corpus*

Após a organização, caracterização e selecção do *corpus* de análise, a fase que se segue consiste no tratamento semiautomático do *corpus* de análise.

Para o tratamento semiautomático do *corpus* de análise do presente trabalho, recorreremos ao *software* ANTCONC²¹ que é uma ferramenta útil para o trabalho terminológico, pois permite-nos obter dados quantitativos das formas constituintes dos textos.

Para a concretização da tarefa de tratamento semiautomático de textos, o *software* ANTCONC dispõe das seguintes ferramentas: *Concordance*, *Concordance Plot*, *File-View*, *Clusters/ N-Grams*, *Collocates*, *Word List* e *Keyword List*.

Deste modo, apesar de não termos recorrido a todas as ferramentas que o programa dispõe (pelo facto de certas delas não se enquadrarem aos objectivos da nossa pesquisa), procederemos a seguir, à descrição das funções acima mencionadas, bem como o seu propósito de utilização (Franco, 2015 : 186-187):

- *Concordance*: é a função que gera linhas de texto onde ocorre de maneira centralizada, a forma²² pesquisada no texto em análise. Trata-se de uma “*lista ordenada de contextos-máquina ou contextos automáticos extraídos em torno de uma forma pólo*” (Lino, 2015).
- *Concordance Plot*: esta função apresenta os resultados contidos num gráfico semelhante a um “código de barras”, em que é apresentada a distribuição do termo em pesquisa ao longo dos textos.

²¹ O ANTCONC é um *software* de uso gratuito, desenvolvido por Laurence Anthony, PhD em Linguística Aplicada pela Universidade de Birmingham, Inglaterra, e, actualmente, docente na *Faculty of Science and Engineering* da Universidade de Waseda, Japão (<http://www.laurenceanthony.net>). Importa referir que, o programa ANTCONC funciona em qualquer sistema operativo *Windows*, ou ainda nos sistemas operativos *Macintosh OSX* e *Linux*.” (cf. Franco, 2015: 186).

²² Nos Softwares-Hipertextos de tratamento semiautomático, é considerada “Forma” todo o elemento que se apresenta entre dois espaços em branco. (Lino, 2015 aula de Terminologia Computacional de 12.11.2015 do curso de Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade, FCSH – UNL).

- *File-View*: é a função que localiza no texto com o qual se está a trabalhar, as ocorrências da forma pesquisada.
- *Clusters/N-Grams*: é a função que permite apresentar as formas em pesquisa, numa lista seja por ordem alfabética ou de frequência. É uma função de identificação das formas de maneira contígua, onde é possível determinar o número mínimo e máximo de combinatórias associadas ao termo ou candidato a termo, que o *software* deverá pesquisar.
- *Collocates*: é a função que permite discriminar através de uma lista, as formas pesquisadas. Através desta função é possível seleccionar as formas que ocorrem à direita ou à esquerda da forma em pesquisa.
- *Word List*: função que permite obter uma lista elaborada por ordem alfabética ou de frequência, de todas as formas que constam no *corpus*.
- *KeyWord List*: é a função que permite obter uma lista de formas, comparando a frequência das formas do *corpus* de análise com a frequência das palavras do *corpus* de referência²³.

De acordo com a descrição das funções do *software* ANTCONC acima mencionadas, importa referir que, para o presente trabalho de investigação, recorreremos à maior parte das ferramentas, com excepção da ferramenta *Keyword List*, pelo facto de não termos utilizado um *corpus* de referência durante a nossa pesquisa.

3.1.2. Dados Quantitativos

Para que fosse possível trabalhar o *corpus* de análise no *software* ANTCONC, houve a necessidade de transformarmos os textos que numa primeira fase se encontravam no formato PDF, para o formato de Texto Simples (TXT), esta conversão permitiu-nos usar o *software* em questão, tendo em conta os objectivos traçados para a nossa pesquisa.

Os dados quantitativos indicam através de uma listagem, a ocorrência das formas existentes no *corpus*, por ordem de frequência.

²³ O *Corpus* de referência serve de elemento de comparação para o *corpus* de análise. (cf. Tagnin, 2010:358). Portanto, é preferível que o *corpus* de referência seja cinco (5) vezes maior que o *corpus* de análise, para garantir que as palavras-chave correspondam de facto à especificidades do *corpus* de análise. (cf. Ribeiro, 2004: 170).

Deste modo, quanto ao número de ocorrências, o *corpus* de análise apresenta um total de 3.987 formas (*Word Types*) e 43.888 ocorrências (*Word Tokens*), sendo *Word Types* as formas únicas existentes no *corpus*, e *Word Tokens* a totalidade das ocorrências de cada forma.

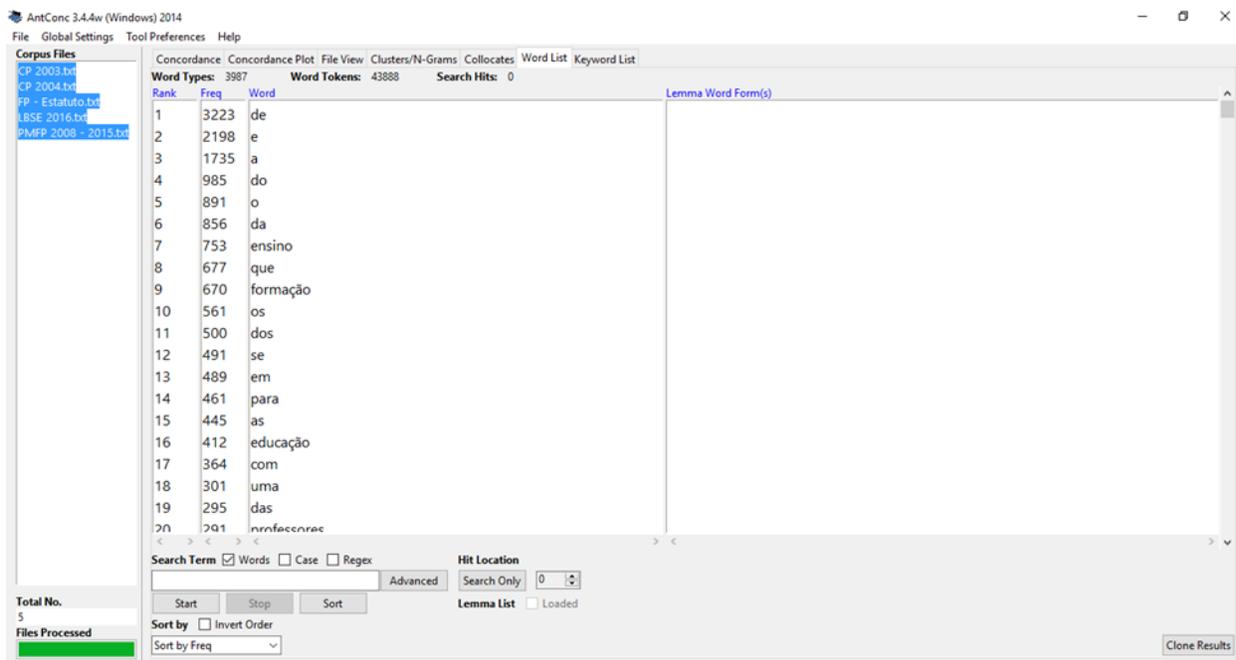


Figura nº 2: Printscreen de dados quantitativos do *Corpus* de análise.

Uma vez que os textos que constituem o *corpus* de análise são referentes a um único domínio (domínio da Educação, tendo em conta o subdomínio da Formação de Professores), os mesmos foram trabalhados em simultâneo²⁴ no intuito de analisarmos as variações que poderão ocorrer a nível terminológico e, deste modo, para a identificação da frequência das formas existentes no *corpus*, recorreremos à ferramenta *Word List* que apresenta por ordem decrescente, a frequência das formas, ou seja, das formas mais frequentes do *corpus* às formas menos frequentes.

De acordo com os dados apresentados na figura nº2, a opção *Rank* indica a posição que cada forma ocupa em relação às demais formas existentes no *corpus*. A opção *Freq* (abreviação

²⁴ Conforme é possível verificar na opção *Corpus Files* (Figura nº2), em que estão agrupados todos os textos que constituem o nosso *corpus* de análise, onde os ficheiros CP 2003 e CP 2004: correspondem aos Currículos de Formação de Professores do I Ciclo do Ensino Secundário dos anos de 2003 e 2004 respectivamente; - FP - Estatuto: corresponde ao Estatuto do Subsistema de Formação de Professores; - LBSE 2016: Corresponde à Lei de Bases do Sistema da Educação, promulgada aos 7 de Outubro de 2016; e PMFP 2008 – 2015: Corresponde ao Plano Mestre de Formação de Professores 2008 – 2015.

de *Frequency*) por sua vez, indica o número de ocorrências de cada forma no *corpus*, e por último, a opção *Word*, faz referência às formas existentes no *corpus*.

No processo de tratamento semiautomático de textos, os artigos e preposições, por desempenharem o papel de conectores, tendem a apresentar um grau de frequência elevado, que é o caso da preposição “de” que apresenta uma frequência de 3.223 ocorrências, seguida de outras preposições e artigos (cf. Figura nº2).

A análise dos dados quantitativos permite de igual modo, a identificação das formas mais frequentes no *corpus* (sem considerar os artigos e as preposições), que poderão eventualmente levar o terminólogo a considerar estar perante um candidato a termo, conforme podemos verificar no caso das formas (Figura nº2) “ensino” (7)²⁵ com 753 ocorrências, “formação” (9) com 670 ocorrências e “educação” (16) com 412 ocorrências, que a nosso ver, remetem para conceitos que perfazem o domínio, tornando-os deste modo, fortes candidatos a termo para a presente pesquisa.

Porém, importa referir que a frequência das formas não deve ser utilizada como o único critério de identificação de candidatos a termo, pois, dependendo da informação de especialidade que consta no discurso, poderão existir no *corpus* de análise, termos de grande relevância para o domínio, cuja frequência é bastante reduzida.

3.2.1. Concordância

Conforme referimos no ponto anterior do presente trabalho, a função concordância permite a constituição de uma lista ordenada de contextos-máquina ou contextos automáticos, extraídos em torno de uma forma pólo (cf. Lino, 2015).

De acordo com as instruções de uso do manual do *software* ANTCONC, a função concordância “*shows search results in a 'KWIC'*²⁶ (*KeyWord In Context*) *format. This allows you to see how words and phrases are commonly used in a corpus of texts.*”

²⁵ Número que indica a posição ocupada pelas formas a nível da frequência no *corpus*.

²⁶ KWIC - (do inglês *Keyword In Context* / palavra-chave no contexto): formato de concordância em que a palavra de busca aparece centralizada (Tagnin, 2010 : 359).

Para o uso da função concordância, seleccionámos algumas formas constantes no nosso *corpus* de análise, de entre as quais a forma “ensino”, que se encontra distribuída em todos os textos que constituem o *corpus* de análise.

A distribuição das formas que ocorrem no *corpus* de análise é visível após termos recorrido à função *Concordance Plot*, que conforme referimos no ponto anterior, apresenta os resultados num gráfico semelhante a um código de barras, onde é apresentada a distribuição do termo em pesquisa ao longo dos textos (cf. Franco, 2015).

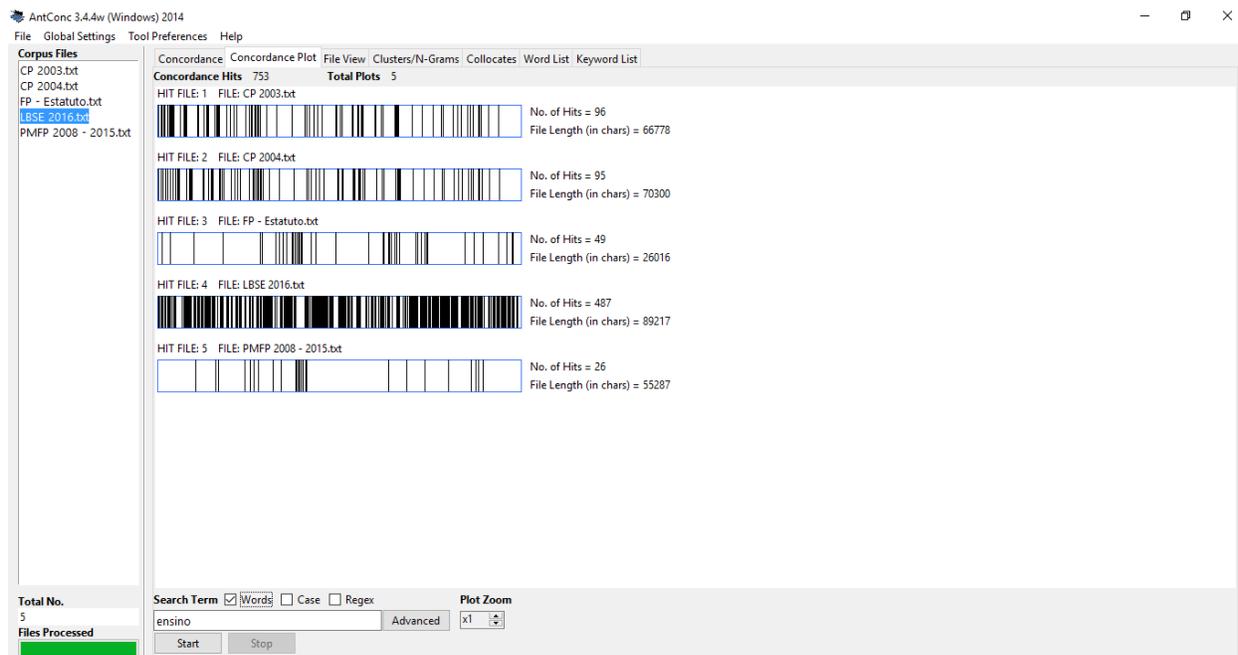


Figura nº 3: *Printscreen* da função *Concordance Plot* da forma “ensino” no *corpus* de análise.

De acordo com a figura acima apresentada, as colunas no sentido horizontal, representam cada um dos textos que constituem o *corpus* de análise, num total de cinco (5) textos.

Os “pontos” mais escuros e densos em cada coluna, correspondem à distribuição das ocorrências da forma “ensino” ao longo dos textos, pelo que, conforme é possível verificar na Figura nº3, o texto mais significativo, ou seja, o texto em que a forma “ensino” mais ocorre, é o

texto referente à Lei de Bases do Sistema da Educação (LBSE) por apresentar mais ocorrências em relação aos demais textos²⁷.

Conforme referimos no início do presente ponto, a forma “ensino” corresponde a uma das formas constantes do *corpus* de análise. Deste modo, ilustramos na figura que se segue, a concordância da forma “ensino”:

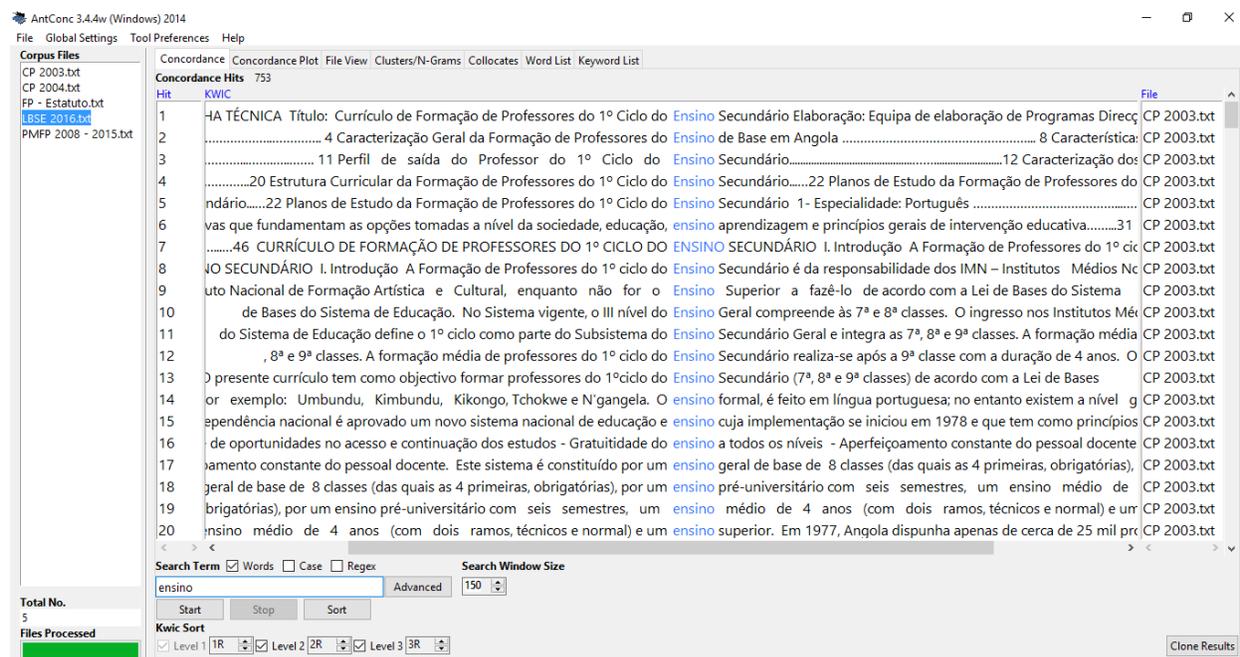


Figura nº 4: *Printscreen* da concordância da forma “ensino” no *corpus* de análise.

Conforme é possível verificar na figura acima apresentada, a função da concordância permite ver o termo em pesquisa centralizado e destacado em azul, permitindo ao terminólogo verificar as ocorrências à direita e/ou à esquerda do termo em pesquisa, o que poderá originar na obtenção de informação terminológica.

Por conseguinte, a título de exemplo, fizemos a concordância de outras formas constantes no *corpus* de análise, conforme é possível verificar nas figuras que se seguem:

²⁷ No *corpus* de análise, a forma “ensino” apresenta um total de 753 ocorrências, sendo que das 753 ocorrências, a forma em referência ocorre 487 vezes no texto referente à LBSE (Figura nº3), o que permitiu-nos concluir que o texto referente à LBSE é o texto em que há um maior número de ocorrências da forma “ensino”.

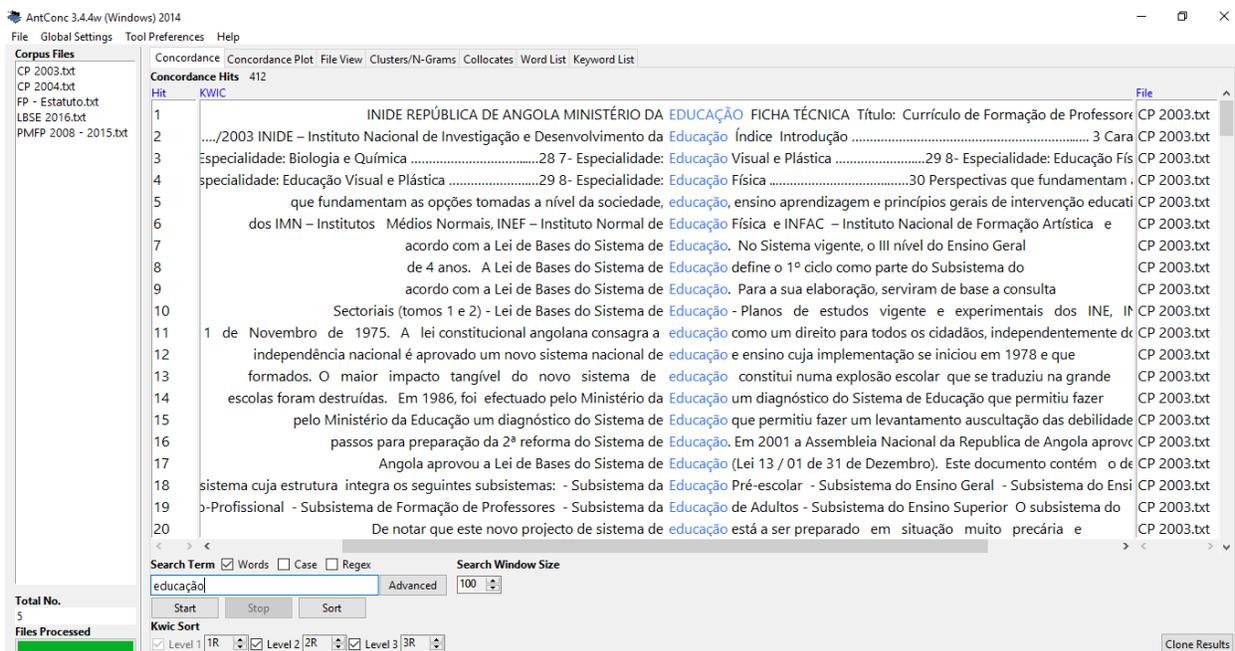


Figura nº 5: *Printscreen* da concordância da forma “educação” no *corpus* de análise.

A forma “educação” apresenta um total de 412 ocorrências (*Concordance Hits* - figura nº 5), que indica o número total de formas no *corpus*.

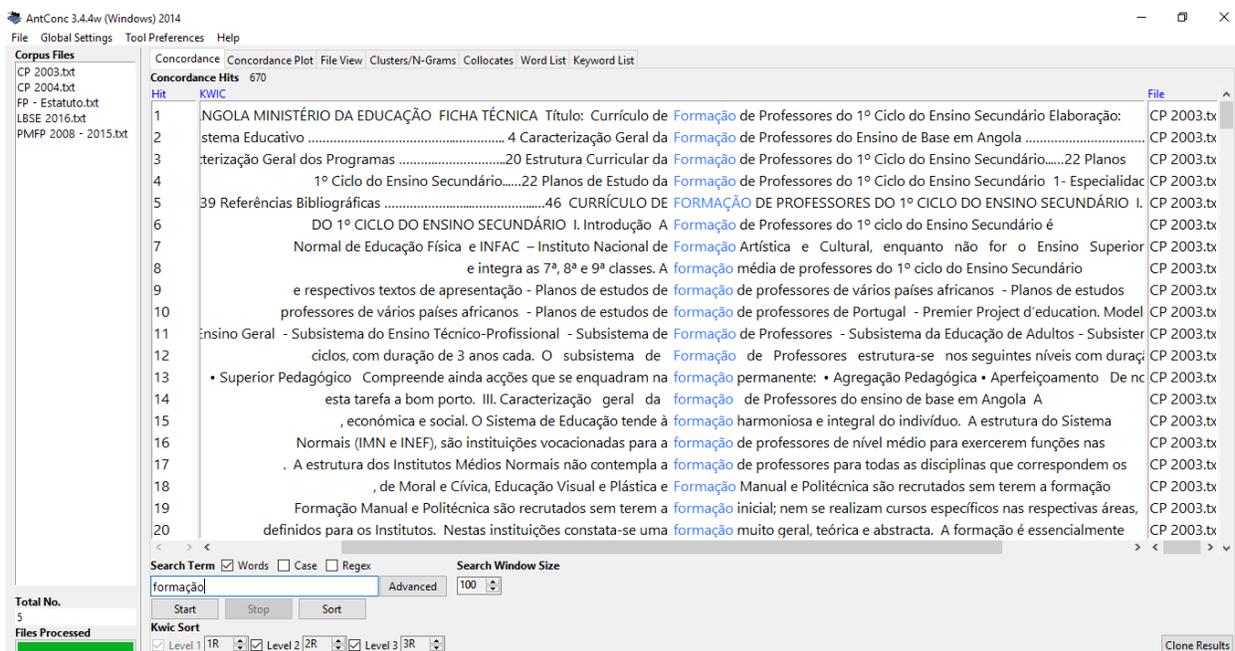


Figura nº 6: *Printscreen* da concordância da forma “formação” no *corpus* de análise.

A forma “formação” por sua vez, ocorre 670 vezes e está distribuída por todos os textos que constituem o *corpus* de análise.

A função da concordância, para além de ilustrar a forma seleccionada em torno de uma forma pólo, permite de igual modo, identificar as combinatórias que poderão estar associadas aos possíveis candidatos a termo.

As combinatórias implicam uma associação de elementos ou sequência de unidades lexicais, que Sinclair (1991: 170) descreve como “*the occurrence of two or more words within a short space of each other in a text*”.

Para a identificação das combinatórias que poderão estar associadas aos possíveis candidatos a termo do *corpus* de análise, um dos critérios que utilizámos, foi o facto de as mesmas estarem associadas à formas, que a nosso ver designam conceitos do domínio da Educação e consequentemente, do subdomínio da Formação de Professores.

Outro critério que adoptámos para a identificação das combinatórias associadas aos possíveis candidatos a termo, foi o facto de as formas que seleccionámos como “possíveis” candidatos a termo, estarem distribuídas em todos os textos que constituem o *corpus*, o que levou-nos a considerar a possibilidade de estarmos perante unidades terminológicas que designam conceitos frequentes no domínio em análise.

Deste modo, para identificarmos as combinatórias associadas aos possíveis candidatos a termo, começámos por clicar na opção de busca “*Search*” do programa ANTCONC, seleccionámos a forma que assumimos como possível candidato a termo, e em seguida seleccionámos a função “*Concordance*”, que é a primeira opção que aparece na barra de ferramentas do programa (conforme é possível verificar na Figura nº 6), para proceder à extracção dos resultados.

Portanto, com o auxílio do programa ANTCONC e tendo em conta os critérios acima mencionados para a extracção das combinatórias, identificámos as seguintes combinatórias no *corpus* de análise:

Combinatórias	Forma Pólo
- As bases do <u>Sistema de Educação e Ensino</u>	sistema
<ul style="list-style-type: none"> - Em função do <u>plano curricular de formação</u> - Componentes do <u>plano curricular</u> - Em relação ao <u>plano de estudo</u> 	plano
<ul style="list-style-type: none"> - Competências de investigação e <u>inovação pedagógica</u> - Prática da investigação e <u>inovação educacional</u> 	inovação
<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e revisão dos <u>módulos de formação</u> - Introdução de <u>módulos de Integração</u> - Elaboração dos <u>módulos de FC</u> 	módulos
<ul style="list-style-type: none"> - Etapa de <u>formação específica</u> - Processo de <u>formação integral</u> - Acesso à <u>formação inicial</u> - Creditação para a <u>formação contínua</u> - Criação das <u>secções de formação</u> contínua - Áreas de ensino para a <u>formação à distância</u> - Criação dos <u>núcleos de formação</u> contínua e à distância - Elaboração de um <u>plano de formação</u> 	formação

Tabela nº 9: Exemplo de algumas combinatórias encontradas no *corpus* de análise.

O campo “Forma Pólo” na tabela acima apresentada, corresponde às formas que seleccionámos na opção de busca “*Search*”, e após clicarmos na função da concordância (*Concordance*) obtivemos os resultados apresentados à esquerda da coluna.

A identificação das combinatórias por intermédio da função da concordância, permitiu-nos de igual modo, identificar a estrutura dos candidatos a termo, que poderão ser simples ou complexos.

Os termos simples são constituídos por uma única unidade ou forma, enquanto que os termos complexos “*são constituídos por dois ou por mais lexemas separados por um espaço em branco, podendo entre eles existir gramemas autónomos (artigos, preposições...) ou uma marca gráfica, tal como o hífen...*” (Costa, 2001: 112).

De acordo com o suporte teórico do parágrafo anterior, podemos referir que os candidatos a termo apresentados na Tabela nº 9 são na sua maioria, estruturalmente complexos.

A título de exemplo, o candidato a termo “Plano de Formação” (Tabela nº 9), é constituído pela estrutura morfossintática “*Nome + Preposição + Nome*”, que é uma estrutura comum das unidades terminológicas multilexémicas. Porém, a forma “Formação” isoladamente, a nosso ver, designa de igual modo, um conceito do domínio. Nesta ordem de ideias, ao classificarmos a forma “Formação” (isoladamente) quanto à sua estrutura morfossintática, consideramos estar perante uma unidade terminológica simples.

3.2. Candidatos a termo

Após a organização e tratamento semiautomático do *corpus*, extraem-se os candidatos a termo (cf. Almeida, 2006). Os candidatos a termo correspondem às unidades ou formas extraídas do *corpus* de análise, que o terminólogo presume tratar-se de termos de especialidade, cuja validação ainda não tenha sido efectuada por parte do (s) especialista (s) do domínio.

De um modo geral, a metodologia utilizada para a análise do *corpus* consiste em utilizar ferramentas informáticas de tratamento semiautomático que irão auxiliar o terminólogo na abordagem linguística aos textos, por forma a chegar à identificação e à selecção de combinatórias com pertinência terminológica, que corresponderão aos candidatos a termo da pesquisa (cf. Silva, 2014).

A autora supracitada refere de igual modo que, no decorrer do processo de tratamento semiautomático do *corpus* de análise, o terminólogo poderá seleccionar os candidatos a termo do texto de especialidade com base “*no conhecimento que este detém sobre o funcionamento do sistema da língua, e na sua capacidade em distinguir unidades linguísticas de especialidade de entre os outros elementos da língua*” (Silva, 2014: 114). Deste modo, tendo em conta o critério de ocorrência das formas no *corpus* de análise, bem como a presunção de que as unidades seleccionadas poderão designar conceitos do domínio da Educação e conseqüentemente, do

subdomínio da Formação de Professores, elaborámos a tabela que se segue, em que constam alguns dos candidatos a termo do presente estudo:

Candidato a termo	Forma Pólo
<ul style="list-style-type: none"> ➤ área de formação ➤ centros de formação local ➤ escolas de formação de professores (EFP) ➤ formação básica ➤ formação contínua ➤ formação educacional ➤ formação específica ➤ formação facultativa ➤ formação geral ➤ formação inicial ➤ formação integral ➤ formação permanente ➤ formação pedagógica ➤ formação profissional ➤ formação à distância ➤ formação de docentes ➤ formação de formadores ➤ formação de professores ➤ formação de profissionais da Educação ➤ formação de quadros ➤ formação de supervisores ➤ instâncias de formação ➤ módulos de formação ➤ modalidades de formação contínua ➤ modalidades de formação de professores ➤ núcleos de formação ➤ política de formação de professores ➤ programas de formação ➤ secções de formação ➤ seminários de formação ➤ sistema de formação profissional 	<p>formação</p>
<ul style="list-style-type: none"> ➤ ensino formal ➤ ensino geral ➤ ensino médio 	<p>ensino</p>

<ul style="list-style-type: none"> ➤ ensino politécnico ➤ ensino presencial ➤ ensino pré-escolar ➤ ensino pré-universitário ➤ ensino primário ➤ ensino secundário ➤ ensino secundário geral ➤ ensino secundário pedagógico ➤ ensino secundário regular ➤ ensino semi-presencial ➤ ensino superior ➤ ensino superior pedagógico ➤ ensino universitário ➤ ensino à distância ➤ ensino de base ➤ metodologia de ensino ➤ modalidades de ensino à distância ➤ níveis de ensino 	<p>ensino</p>
<ul style="list-style-type: none"> ➤ currículo escolar ➤ currículo de formação ➤ currículo de formação de professores 	<p>currículo</p>
<ul style="list-style-type: none"> ➤ subsistema de educação pré-escolar ➤ subsistema de ensino geral ➤ subsistema de ensino técnico-profissional ➤ subsistema de formação de professores ➤ subsistema de ensino de adultos ➤ subsistema de ensino superior 	<p>subsistema</p>
<ul style="list-style-type: none"> ➤ agentes da educação ➤ ciências da educação ➤ educação especial ➤ educação extra-escolar ➤ educação primária ➤ educação visual e plástica ➤ educação de adultos ➤ Sistema de Educação e Ensino 	<p>educação</p>
<ul style="list-style-type: none"> ➤ plano curricular ➤ plano de estudos 	<p>plano</p>

<ul style="list-style-type: none"> ➤ plano geral de formação 	plano
<ul style="list-style-type: none"> ➤ agregação pedagógica ➤ diferenciação pedagógica ➤ formação pedagógica ➤ inovação pedagógica ➤ intervenção pedagógica ➤ investigação pedagógica ➤ prática pedagógica ➤ supervisão pedagógica 	pedagógica
<ul style="list-style-type: none"> ➤ actividade de ensino e investigação pedagógica ➤ actividade docente-educativa 	actividade
<ul style="list-style-type: none"> ➤ avaliação contínua ➤ avaliação disciplinar ➤ avaliação formativa ➤ avaliação somativa ➤ instrumentos de avaliação anual de professores ➤ modelo de avaliação ➤ prova de avaliação ➤ técnicas de avaliação 	avaliação
<ul style="list-style-type: none"> ➤ administração e gestão escolar ➤ aproveitamento escolar ➤ calendário escolar ➤ higiene e saúde escolar ➤ idade pré-escolar ➤ material escolar ➤ merenda escolar ➤ património escolar ➤ programa escolar ➤ rede escolar ➤ sistema escolar 	escolar
<ul style="list-style-type: none"> ➤ instituições educativas ➤ instituições escolares ➤ instituições privadas de ensino ➤ instituições públicas de ensino ➤ instituições público-privadas de ensino ➤ instituições de ensino 	instituições

<ul style="list-style-type: none"> ➤ instituições de ensino e investigação científica ➤ instituições de ensino especializadas ➤ instituições de ensino politécnico ➤ instituições de ensino superior ➤ instituições de formação de professores ➤ instituições de formação inicial ➤ rede de instituições de ensino superior ➤ rede de instituições de formação inicial 	instituições
<ul style="list-style-type: none"> ➤ programas específicos de apoio pedagógico ➤ programas pedagógicos ➤ programas de ensino ➤ programas de desenvolvimento local e nacional 	programas
<ul style="list-style-type: none"> ➤ modelo curricular ➤ modelo pedagógico de referência ➤ modelo de aprendizagem ➤ modelo de ensino 	modelo
<ul style="list-style-type: none"> ➤ seminários pedagógicos ➤ seminários de formação 	seminários
<ul style="list-style-type: none"> ➤ estrutura central de tutela ➤ estrutura curricular ➤ estrutura institucional e administrativa 	estrutura
<ul style="list-style-type: none"> ➤ quadro educativo ➤ quadro institucional legal ➤ quadro de referência 	quadro
<ul style="list-style-type: none"> ➤ procedimentos didáticos 	didáticos
<ul style="list-style-type: none"> ➤ unidades curriculares ➤ unidades didáticas ➤ unidades de ensino 	unidades
<ul style="list-style-type: none"> ➤ enquadramento curricular ➤ enquadramento de agentes educativos 	enquadramento

Tabela nº 10: Lista de candidatos a termo extraídos do *corpus* de análise.

A Tabela acima apresentada contém alguns dos candidatos a termos extraídos no *corpus* de análise. Na coluna à direita, encontram-se as formas pólo seleccionadas, e na coluna à esquerda, os resultados, que identificámos como candidatos a termo do presente estudo.

CAPÍTULO IV: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1. Variação em Terminologia: Breves considerações

“As duas leituras que hoje se fazem da terminologia consideram o termo, na ótica do prescritivismo ou com base nas teorias de variação linguística” (Faulstich, 2001: 11).

Tendo em conta a citação de Faulstich (2001), a compreensão do que se tem do que é um termo de especialidade poderá assentar sobre a aceção prescritiva do termo, ou sobre as teorias de variação do termo, que reconhecem o fenómeno da variação como sendo o resultado dos diferentes usos do termo dentro de uma comunidade profissional, em situações comunicativas distintas (cf. Faulstich, 2001).

A aceção prescritiva do termo remete-nos à Teoria Geral da Terminologia (TGT)²⁸ que defende que a terminologia não deve acolher ambiguidades realizadas por denominações plurivalentes «termos homónimos e polissémicos» ou por denominações múltiplas «termos sinónimos» (Faulstich, 2001: 7), isto é, de acordo com Wüster, os casos que gerassem ambiguidades ou motivassem a variação do termo nos textos de especialidade, deveriam ser considerados anómalos, na medida em que Wüster considerava que *“se denomina variación linguística toda perturbación de la unidad linguística”* (Wüster, 1998: 249).

A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)²⁹ por sua vez, zela pelo aspecto comunicativo dos termos, e elabora uma nova proposta teórico-metodológica para o estudo da Terminologia, tendo em conta que, Cabré defende que *“los términos no son unidades aisladas que constituyen un sistema propio, sino unidades que se incorporan en el léxico de un hablante en cuanto adquiere el rol de especialista por el aprendizaje de conocimientos especializados”* (Cabré, 1999:131).

²⁸ Enunciada em 1931 por Eugen Wüster, engenheiro, na sua obra *Die Internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik* cuja preocupação era puramente metodológica e normativa, e visava a eliminação das ambiguidades nas comunicações científicas e técnicas (cf. Faulstich, 1995: 1).

²⁹ Enunciada por Teresa Cabré na sua obra *La terminología: Representación y Comunicación* publicada no ano de 1999, obra que reúne uma coletânea de artigos da autora, escritos entre 1992 e 1999, os quais explicitam as reflexões acerca da Terminologia enquanto disciplina teórica e aplicada. (cf. Almeida, 2006: 86).

Em contradição à perspectiva defendida pela TGT em relação ao fenómeno da variação, Cabré ressalva que:

“Uma teoria comunicativa da terminologia, em contraste com a TGT, se define como uma proposta concebida dentro de uma teoria ampla da linguagem, e está incluída numa teoria da comunicação que contém os fundamentos necessários de uma teoria do conhecimento. Esta proposta integra, teórica e metodologicamente, a variação linguística, tanto formal como conceptual e assume que os termos estão associados às características gramaticais (a todos os níveis de representação) e pragmáticos. [...]. A TCT pretende também dar conta dos termos como unidades ao mesmo tempo singulares e similares a outras unidades de comunicação, dentro de um esquema global de representação da realidade, admitindo a variação conceptual e denominativa, e tendo em conta a dimensão textual e discursiva dos termos” (Cabré, 1999: 136 *apud* Silva & Nadin, 2010: 301).

De acordo com Faulstich (2001: 18), Wüster reconhecia a polissemia dos termos, mas enfatizava que dentro de um domínio específico o termo deveria ser monovalente mesmo sendo polissémico, sendo que para o autor, o fenómeno da variação deveria ser eliminado através da normalização dos termos, e que os mesmos deveriam ser considerados unidades biunívocas e monorreferenciais, dentro de uma área de especialidade.

Apesar dos pontos divergentes entre a TGT e a TCT, Cabré reconhece que “*La característica más relevante de la TGT es que centra la atención de la disciplina en los conceptos, y orienta los trabajos terminológicos hacia la normalización de términos y nociones*” (Wüster, 1998: 9)³⁰.

Em consonância com a perspectiva enunciada por Cabré, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) é defendida como referência teórica por alguns autores, conforme é possível verificar nas citações abaixo transcritas:

Faulstich (2001: 20) afirma que “*O ponto de vista que defendemos é o de que a terminologia está voltada para a observação do uso do termo em contextos de língua oral e de*

³⁰ Esta citação consta na nota de prefácio da tradução da obra de Eugen Wüster “Die Internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik” para o espanhol *Introducción a la teoría general de la Terminología y la Lexicografía terminológica*, edição coordenada por Teresa Cabré, Institut Universitari de Lingüística Aplicada (IULA), Universitat Pompeu Fabra - Barcelona, 1998.

escrita, atitude que implica a possibilidade de identificação de variantes dentro de um mesmo contexto, ou em diferentes contextos que um mesmo termo é usado”.

Tendo em conta a mesma perspectiva, Krieger & Santiago (2014: 5) ressaltam que “(...) *A variação não é rara nas linguagens especializadas, posto que são manifestações linguísticas naturais. Esta legitimidade no discurso vivo e real confere cientificidade em termos de descrição linguística e favorece o desenvolvimento de análises sobre o comportamento termo”.*

Em suma, podemos concluir que a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) enunciada por Cabré, se apresenta como uma proposta teórica alternativa à Teoria Geral da Terminologia (TGT), permitindo compreender o termo numa dimensão mais ampla.

4.2. Constructo teórico de variação em Terminologia de Faulstich

O fenómeno da variação em Terminologia é um tema abordado a partir de diferentes posturas teóricas (cf. Silva & Nadin, 2010). Deste modo, para o presente trabalho de investigação, optámos pelo modelo ou constructo teórico de variação de Faulstich, por ajustar-se aos objectivos da nossa pesquisa, na medida em que é um modelo que classifica a ocorrência do fenómeno da variação nos textos de especialidade, através de diferentes categorias.

De acordo com Faulstich (2001), o constructo teórico de variação em Terminologia é sustentado por cinco (5) postulados:

- a) Dissociação entre estrutura terminológica e homogeneidade ou univocidade ou monorreferencialidade, associando-se à estrutura terminológica a noção de heterogeneidade ordenada;
- b) Abandono do isomorfismo categórico entre termo-conceito-significado;
- c) Aceitação de que, sendo a terminologia um facto de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática;
- d) Aceitação de que a terminologia varia e de que essa variação pode indicar uma mudança em curso;
- e) Análise da terminologia em co-textos linguísticos e em contextos discursivos da língua escrita e da língua oral” (Faulstich, 2001: 25).

Tendo em conta os postulados acima transcritos, a autora elabora o “Constructo Teórico de Variação em Terminologia” organizado por categorias e sub-categorias, partindo do

pressuposto que “*um modelo de análise possível é o que parte do funcionalismo, que proporciona a criação de categorias e de tipos de variantes terminológicas em consonância com os usos*”. (Faulstich, 2001: 11).

Deste modo, o constructo teórico de variação em Terminologia de Faulstich, apresenta a seguinte esquematização:

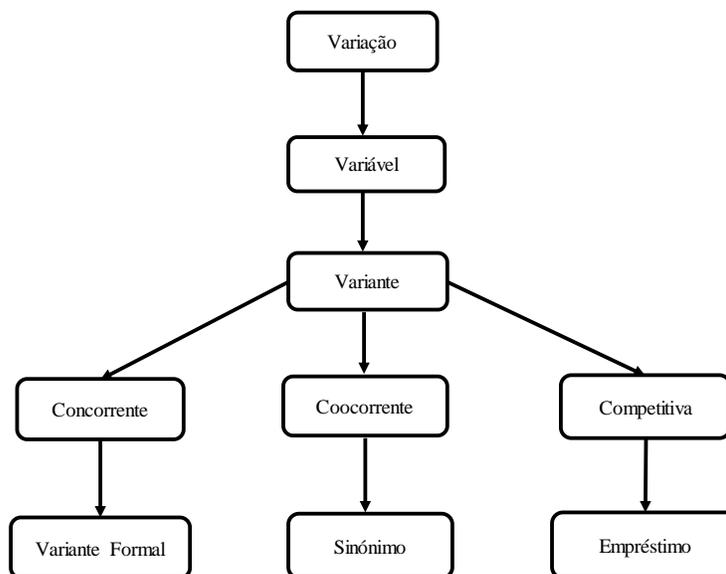


Figura nº 7: Constructo Teórico de Variação em Terminologia (Faulstich, 2001: 26)

Segundo a autora, as variantes do termo poderão ser classificadas em concorrentes, coocorrentes ou competitivas. Estas variantes por sua vez, apresentam sub-categorias, que se classificam em variantes formais, variantes de sinónimo e variantes de empréstimo, conforme é possível verificar na figura acima ilustrada.

Importa referir que, para o presente trabalho de investigação, interessa-nos desenvolver a temática das variantes concorrentes, que segundo a autora, “*são aquelas que podem concorrer entre si, e permanecer, como tais, ou podem concorrer para a mudança*” (Faulstich, 2001: 26). Na mesma ordem de ideias, a autora acrescenta que estamos perante uma variante concorrente quando “*a variante que concorre com outra ao mesmo tempo, não ocupa o mesmo espaço, por causa da própria natureza da concorrência*”, isto é, se uma variante está presente no plano discursivo, a

outra não aparece, fazendo deste modo, com que a distribuição das variantes se efectue de forma complementar (*ibidem*).

De acordo com o constructo teórico de Faulstich (Figura nº 7), a variante concorrente do termo será classificada como formal, na medida que esta poderá ser definida como a “*forma linguística ou forma exclusiva de registo que corresponde a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente, podendo concorrer num contexto determinado*” (Faulstich, 2001: 26).

A partir da primeira classificação das variantes em Terminologia (ilustrada na Figura nº 7), Faulstich propõe uma sub-classificação para as variantes concorrentes ou formais, que serão agrupadas em variantes linguísticas e variantes de registo. As variantes linguísticas “*são aquelas em que o fenómeno linguístico determina o processo de variação*”, as variantes de registo por sua vez, “*são aquelas em que o fenómeno de variação decorre do ambiente de concorrência no plano vertical, no plano horizontal e no plano temporal em que se realizam os usos linguísticos dos termos*” (Faulstich, 2001: 27-28). Deste modo, a classificação das variantes concorrentes ou formais, é circunscrita pelo seguinte esquema:

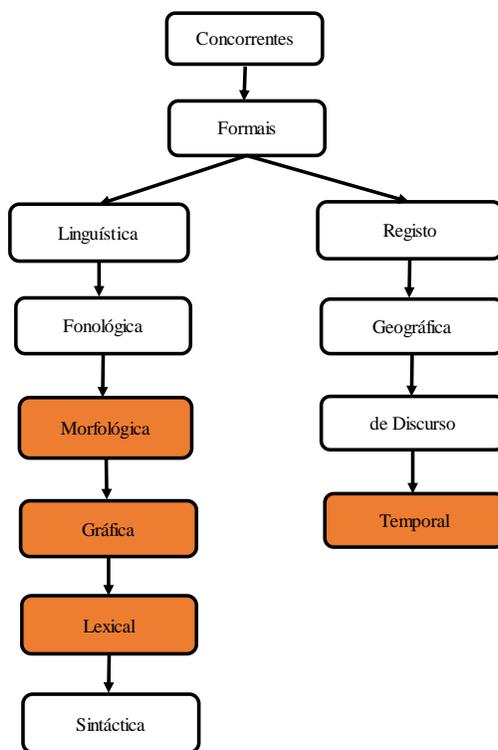


Figura nº 8: Classificação das variantes concorrentes ou formais (Faulstich, 2001: 27)

Conforme é possível constatar na figura acima ilustrada, a classificação da variação linguística é agrupada em variação fonológica, variação morfológica, variação gráfica, variação lexical e variação sintáctica. A variação de registo por sua vez, é agrupada em variação geográfica, variação de discurso e variação temporal.

Destacámos os fenómenos de variação morfológica, variação gráfica, variação lexical e variação temporal dos demais tipos de variação propostos pelo modelo de Faulstich (Figura nº 8), pelo facto de os mesmos corresponderem aos fenómenos de variação encontrados no *corpus*. Deste modo, para melhor compreensão, procederemos nos pontos a seguir, à descrição de cada um dos fenómenos de variação concorrente encontrados no *corpus* de análise.

4.3. Fenómenos de Variação Concorrente no *corpus* de análise

Conforme referimos no ponto anterior, destacámos no esquema de Faulstich, os fenómenos de variação morfológica, variação gráfica, variação lexical e variação temporal, por constituírem os tipos de variação concorrentes encontrados no *corpus* de análise.

Importa referir que, após identificarmos os fenómenos de variação no *corpus* de análise, para determinar quais as unidades seriam consideradas “candidatos a termo” e quais seriam consideradas formas “variantes”, recorreremos à Lei de Bases do Sistema da Educação (LBSE) que é considerada um documento de “referência” pelo Ministério da Educação de Angola e suas instituições tuteladas, e em alguns casos específicos, apoiámo-nos no critério da ocorrência das formas, que, conforme referimos no ponto 3.1.2 (pag. 34) do presente trabalho, não deve ser tido em conta como o único critério de identificação de candidatos a termo durante o trabalho terminológico.

Deste modo, de acordo com os resultados da nossa pesquisa, foram encontrados no *corpus* de análise, os seguintes casos de variação:

4.3.1. Variação gráfica

De acordo com Faulstich (2001: 28), estamos perante o fenómeno de variação gráfica quando “*a variação se apresenta sob forma gráfica diversificada, de acordo com as convenções da língua*”. Deste modo, o fenómeno de variação gráfica poderá ser observado na diferença

ortográfica de um termo, envolvendo aspectos de convenção da língua como por exemplo o uso do hífen, ou a alternância entre o uso de maiúscula e o uso de minúscula na grafia do termo.

Variação gráfica	
Forma base	Forma variante
Subsistema de Educação Pré-Escolar	Subsistema de Educação Pré Escolar
Subsistema de Ensino Técnico-Profissional	Subsistema de Ensino Técnico Profissional

Tabela nº11: Exemplos de variação gráfica encontrados no *corpus* de análise.

Tendo em conta o suporte teórico acima apresentado, consideramos que as formas *Subsistema de Educação Pré Escolar* e *Subsistema de Ensino Técnico Profissional* sejam variantes das formas *Subsistema de Educação Pré-Escolar* e *Subsistema de Ensino Técnico-Profissional* por não apresentarem o hífen ao longo da sua grafia.

4.3.2. Variação lexical

O fenómeno de variação lexical ocorre “quando um ítem da estrutura lexical de uma unidade complexa sofre apagamento, mas o conceito do termo não se altera” (Faulstich, 2001: 28).

Variação Lexical	
Forma base	Forma variante
Instituições Públicas de <u>Educação e</u> Ensino	Instituições Públicas de Ensino
Sistema de Educação e <u>Ensino</u>	Sistema de Educação

Tabela nº12: Exemplos de variação lexical encontrados no *corpus* de análise.

Conforme refere Faulstich (2001), o fenómeno da variação lexical ocorre quando há a supressão de um dos elementos da unidade terminológica multilexémica, sem que o conceito designado seja outro. Deste modo, as formas apresentadas na coluna à direita (Tabela nº 12), correspondem a variantes das formas da coluna à esquerda, por ter ocorrido a supressão de alguns elementos, sem que houvesse a alteração do conceito.

De acordo com a LBSE (art. 100º), “*Instituições Públicas de Educação e Ensino são as instituições sujeitas à direcção e superintendência do Titular do Poder Executivo a quem compete, entre outras, aprovar, acompanhar, monitorizar, controlar, fiscalizar e avaliar a execução e a implementação dos objectivos e metas das instituições do Sistema de Educação e Ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio para cada subsistema de ensino*”.

Tendo em conta o excerto acima transcrito retirado da LBSE, acreditamos que a forma *Instituições Públicas de Ensino* seja uma variante de *Instituições Públicas de Educação e Ensino*, por ter ocorrido a supressão de um dos elementos da unidade terminológica em causa, e pelo facto de a mesma não estar registada nos documentos considerados de “referência” do domínio da Educação.

Atente nos seguintes exemplos:

- O *Sistema de Educação e Ensino* rege-se pelos princípios da legalidade, da integralidade, da laicidade, da universalidade (...).
- As condições de estudo oferecidas aos alunos tais como: número excessivo de alunos por turma (...), a falta de inspecção regular aos Institutos, têm contribuído para a fraca qualidade do *Sistema de Educação*.

Conforme é possível constatar nos exemplos acima transcritos, estamos de igual modo perante o fenómeno de variação lexical pelo facto de ocorrer a supressão de uma das unidades que constituem a forma base (*Sistema de Educação e Ensino*).

4.3.3. Variação morfológica

Estamos perante o fenómeno de variação morfológica quando ocorre a “*alternância de uma estrutura na constituição do termo, sem que o conceito se altere*” (Faulstich, 2001: 28). Deste modo, apresentamos a seguir, alguns exemplos de variação morfológica, encontrados no *corpus* de análise:

Variação morfológica	
Forma base	Forma variante
Agentes da Educação	Agentes educativos
Sistema de Educação	Sistema educativo

Tabela nº13: Exemplos de variação morfológica encontrados no *corpus* de análise.

No primeiro exemplo, estamos perante um caso de variação morfológica pelo facto de a forma base apresentar a estrutura morfossintática *Nome+Preposição+Nome* e na sua forma variante, ocorrer a adjectivação da forma “Educação”, alterando para a estrutura morfossintática *Nome+Adjectivo*.

Deste modo, considerámos a forma *Agentes educativos* uma variante da forma *Agentes da Educação*, na medida que, a LBSE no seu 95º artigo, prevê o seguinte: “*entende-se por Agentes da Educação, os docentes, supervisores pedagógicos, inspectores, titulares de órgãos de gestão das instituições de ensino, técnicos e demais especialistas da área da educação, em efectivo serviço nos diferentes subsistemas de ensino*”. O critério da ocorrência das formas serviu-nos de complemento, na medida em que, para além do facto de a forma *Agentes da Educação* estar prevista pela LBSE, a mesma apresenta um maior número de ocorrências em relação à forma *Agentes educativos*, que não se encontra definida na LBSE ou no Estatuto do Subsistema de Formação de Professores, que são consideradas legislações de referência para o domínio da Educação, bem como para o subdomínio da Formação de Professores.

No segundo exemplo apresentado na Tabela nº 13 estamos de igual modo perante um caso de variação morfológica, na medida em que há a adjectivação de uma das formas que constituem a unidade terminológica multilexémica, alterando a estrutura morfossintática de *Nome+Preposição+Nome* para *Nome+Adjectivo*, sendo que ambas remetem a um mesmo conceito.

Considerámos a forma *Sistema educativo* uma variante da forma *Sistema de Educação* pelo facto de esta segunda ser a forma que está prevista na primeira versão da LBSE (Lei nº 13/01 de 31 de Dezembro de 2001), em que Sistema de Educação é definido como o “*conjunto de estruturas*

e modalidades através das quais se realiza a educação, tendentes à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social” (LBSE art. 1º nº2). Porém, a forma “Sistema de Educação”, constitui um termo em desuso no domínio da Educação, pois, com a promulgação da segunda versão da Lei de Bases do Sistema de Educação³¹, o termo “Sistema de Educação” ganhou a designação de “Sistema de Educação e Ensino”, tópico que iremos desenvolver com maior exactidão no ponto referente à variação temporal.

Quanto ao critério da ocorrência das formas para o caso referido no parágrafo anterior, verificámos no decorrer da nossa análise, que, as formas *Sistema educativo* e *Sistema de Educação* apresentavam um número de ocorrências equiparado (*Sistema educativo* com 105 ocorrências e *Sistema de Educação* com 107 ocorrências), o que certifica que o critério da ocorrência das formas, isoladamente, poderá não dar conta de questões de variação terminológica no *corpus*, ou ainda de identificação de candidatos a termo, conforme foi referido no ponto 3.2.1 do presente trabalho.

4.3.4. Variação temporal

Conforme frisámos no capítulo referente à organização do *corpus* textual (Capítulo II), os textos que constituem o *corpus* do presente trabalho foram recolhidos no Ministério da Educação e em duas das suas instituições tuteladas (INFQ e INIDE), por corresponderem às instituições responsáveis pela formação do quadro docente a nível nacional, bem como pela investigação pedagógica e elaboração de currículos e materiais pedagógicos.

Entretanto, uma vez que o Subsistema de Formação de Professores foi implementado com a promulgação da segunda reforma educativa, os textos recolhidos para a constituição do *corpus*, correspondem a um período pós-reforma educativa. Porém, ao identificarmos os fenómenos de variação que ocorrem nos textos do *corpus* de análise, verificámos a existência de unidades que, após a implementação da segunda reforma educativa, foram consideradas unidades em “desuso” devido a reformulação de alguns conceitos no domínio da Educação, porém, ainda constam nos textos produzidos após a reforma educativa. Esta constatação remete-nos para o fenómeno da variação temporal, que Faulstich enquadra como o fenómeno de variação mais comum nos textos

³¹ Promulgada aos 7 de Outubro de 2016.

de especialidade, na medida que, “*duas formas (X e Y) concorrem durante um tempo até que uma forma se fixe como a predefinida*” (Faulstich, 2001: 30).

Deste modo, apresentamos a seguir, alguns exemplos de variação temporal encontrados no *corpus* de análise:

Variação temporal	
Forma base	Forma variante
Sistema de Educação e Ensino	Sistema de Educação
Ensino Geral	Ensino de Base
Ensino Secundário do IIº Ciclo	Ensino Médio
Ensino Secundário do IIº Ciclo Geral	Ensino Médio Regular
Ensino Secundário do IIº Ciclo Técnico-Profissional	Ensino Médio Técnico-Profissional

Tabela nº14: Exemplos de variação temporal encontrados no *corpus* de análise.

Conforme foi frisado no ponto referente à variação morfológica, as formas *Sistema de Educação e Ensino* e *Sistema de Educação* remetem para o fenómeno de variação temporal devido à alteração da primeira versão da LBSE para a sua segunda versão, em que a forma *Sistema de Educação* ganhou a designação de *Sistema de Educação e Ensino*.

Atente nas seguintes citações:

“O Sistema de Educação é o conjunto de estruturas e modalidades através das quais se realiza a educação, tendentes à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social” (art.1º nº2 da Lei de Bases do Sistema de Educação, promulgada aos 31 de Dezembro de 2001).

“O Sistema de Educação e Ensino é o conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino, por meio das quais se realiza o processo educativo, tendente a formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de

direito, paz e progresso social” (art. 2º nº3 da Lei de Bases do Sistema de Educação, promulgada aos 7 de Outubro de 2016).

Conforme é possível verificar na citação acima, a unidade *Sistema de Educação e Ensino* constitui uma reformulação do conceito de *Sistema de Educação*, na medida em que, as instituições de ensino não faziam parte da definição do conceito enquanto apresentava a designação de “Sistema de Educação”.

Deste modo, a inclusão das instituições de ensino ao conceito de “Sistema de Educação e Ensino”, está relacionada com o facto de o Ministério da Educação de Angola ter implementado novas designações no seu campo de actuação, conforme é o caso de “Agentes da Educação”³², termo que não se encontrava registado na primeira versão da LBSE, promulgada no ano de 2001.

Atente na citação abaixo:

“Dentre as principais inovações introduzidas no âmbito da Reforma Educativa destacam-se:

As terminologias 1º, 2º e 3º níveis, Ensino de Base, Ensino Médio e outros, utilizados para caracterizar o Sistema de Educação desde 1978 deixam de existir. Em contrapartida, surgem novas terminologias mais consentâneas com a tendência da prática internacional, como:

Ensino Primário obrigatório de seis classes - 1.ª à 6.ª Classes.

Ensino Secundário estruturado em dois ciclos:

1.º Ciclo – 7.ª, 8.ª e 9.ª classes;

2.º Ciclo – 10.ª, 11.ª e 12.ª ou 13.ª classes” (CAARE, 2010: 8).

A citação acima corresponde a um excerto do documento “Indicadores de Eficácia da Reforma Educativa” elaborado pela Comissão de Acompanhamento das Acções da Reforma Educativa (CAARE), em que é feita uma comparação entre o antigo e o Novo Sistema de Educação e Ensino, sendo que, o excerto acima transcrito, reafirma o estabelecido pela LBSE (do artigo 26º ao artigo 31º), que consiste na anulação de alguns dos termos que constituíam a primeira reforma educativa, como é o caso das designações *Iº, IIº e IIIº níveis, Ensino de Base e Ensino Médio*, e

³² A definição de “Agentes da Educação” de acordo com a LBSE, consta na página número 54 do presente trabalho.

são implementadas novas designações à terminologia da Educação, como é o caso dos termos *Ensino Primário* e *Ensino Secundário*.

Numa primeira fase, identificámos o segundo exemplo apresentado na Tabela nº 14 (*Ensino Geral* e *Ensino de Base*) como um caso de variação temporal, na medida em que, de acordo com a legislação vigente na primeira reforma educativa (Lei nº 4/75 de 9 de Dezembro de 1975), o Ensino de Base correspondia ao nível de ensino que englobava os oito (8) primeiros anos de escolaridade, e a sua conclusão permitia ao estudante, o acesso às Instituições de Ensino Médio³³, cuja duração variava de três (3) a quatro (4) anos (3 anos para os estudantes das escolas de Ensino Médio Regular e 4 anos para os estudantes das escolas de Ensino Médio Técnico-Profissional).

De acordo com o INIDE (2004: 25), com a implementação da segunda reforma educativa, o termo “Ensino de Base” foi considerado em desuso, e foi acrescentada à terminologia da Educação, o termo “Ensino Geral”, designação que engloba não apenas as classes que constituíam o Ensino de Base, mas também as classes que outrora constituíam o Ensino Médio.

Tendo em conta a constatação efectuada no parágrafo anterior, verificámos que os textos que constituem o *corpus* de análise, produzidos pelo MED e pelas suas instituições tuteladas, assumem a designação “Ensino Geral”, como uma reformulação do termo “Ensino de Base”. Porém, ao consultarmos a LBSE, verificámos que a forma “Ensino Geral”, não está prevista pela legislação em questão, como uma reformulação do termo em desuso “*Ensino de Base*”, isto é, estamos perante um caso de elipse do termo, uma vez que a designação prevista pela legislação é “Subsistema de Ensino Geral” e não “Ensino Geral”.

Por outro lado, ao confrontarmos a LBSE com os documentos produzidos pelo MED e pelas suas instituições tuteladas, denotámos de igual modo, que a designação “Subsistema de Ensino Geral” para além de sofrer o fenómeno de elipse nos textos, não corresponde a uma reformulação do termo “Ensino de Base”, na medida em que, com a promulgação da segunda reforma educativa, houve uma reorganização do Sistema de Educação e Ensino, que originou na implementação de novos conceitos, alguns dos quais, não são, forçosamente, equivalentes das

³³ Com a implementação da segunda reforma educativa, a designação “Ensino Médio” passou a ser considerada um termo em “desuso”, passando para “Ensino Secundário do IIº Ciclo” (cf. CAARE, 2010: 8).

designações que constituíam a primeira reforma educativa, como é o caso das designações “Ensino de Base” e “Subsistema de Ensino Geral”.

Atente nos seguintes esquemas:

Esquema I: Constituição do Ensino de Base de acordo com a Lei nº 4/75 de 9 de Dezembro de 1975:

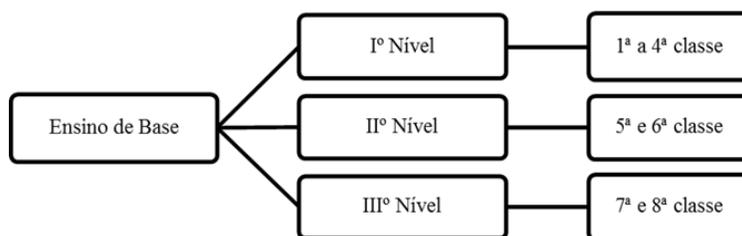


Figura nº9: Constituição do Ensino de Base de acordo com a primeira reforma educativa.

Esquema II: Constituição do Subsistema de Ensino Geral de acordo com a Lei nº17/16 de 7 de Outubro de 2016:

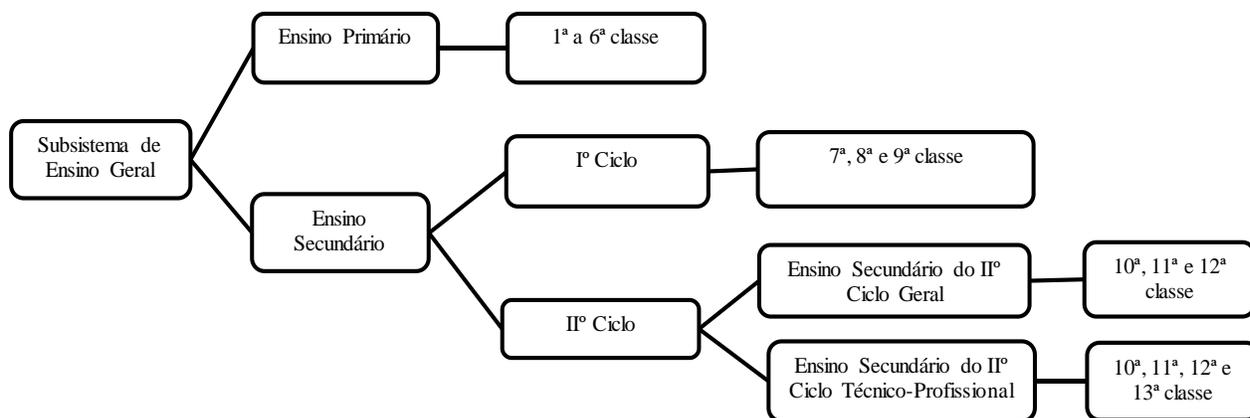


Figura nº 10: Constituição do Subsistema de Ensino Geral após a segunda reforma educativa.

Conforme é possível verificar nos esquemas acima apresentados, apesar de as classes que constituíam o antigo Ensino de Base estarem presentes na estrutura do Subsistema de Ensino Geral, ambas as designações, não remetem para a mesma realidade. Isto deve-se à complexidade da estrutura do Subsistema de Ensino Geral, em relação à estrutura do antigo Ensino de Base.

Em suma, destacámos as formas “Ensino de Base” e “Ensino Geral” das demais formas apresentadas como casos de variação temporal (Tabela nº 14), por considerarmos que as mesmas não se enquadram nos fenómenos de variação temporal.

Porém, considerámos relevante apresentar esta constatação como exemplo, uma vez que numa primeira fase, presumimos estar perante o fenómeno de variação temporal, devido à informação decorrente dos textos produzidos pelo MED e pelas suas instituições tuteladas, que associam duas designações distintas como a reformulação uma da outra (isto é, os textos admitem que a designação “Ensino Geral” seja uma reformulação da designação “Ensino de Base”). Entretanto, ao confrontarmos a informação decorrente dos textos com a legislação, notámos que a informação que consta na legislação vigente do Sistema de Educação e Ensino, é transmitida de maneira deturpada nos textos produzidos pelo MED e pelas suas instituições tuteladas, o que poderá desencadear a ambiguidade na comunicação.

Deste modo, uma vez que grande parte dos textos produzidos pelo domínio da Educação em Angola servem de material de consulta não somente para os agentes de educação (professores, supervisores pedagógicos, inspectores, titulares de órgãos de gestão das instituições de ensino, técnicos e demais especialistas da área de Educação)³⁴ mas para o público em geral, é de extrema relevância que a informação presente nos textos, não acarrete ambiguidade do ponto de vista conceptual e comunicativo, de modo a facilitar a compreensão quer entre os especialistas, quer entre os não especialistas.

Conforme referimos na página 58 do presente trabalho, com a reorganização do Sistema de Educação e Ensino, foram acrescentados novos conceitos à Terminologia da Educação, que, não são, forçosamente, equivalentes aos conceitos constantes da primeira reforma educativa. Porém, no decorrer da análise dos fenómenos de variação, identificámos algumas designações, que com a transição da primeira reforma para a segunda reforma educativa, continuaram a designar o mesmo conceito, porém, sofreram alterações a nível da denominação, conforme é possível verificar nos esquemas abaixo:

³⁴ Cf. Art. 95º LBSE.



Figura nº 11: Constituição do antigo Ensino Médio (1ª reforma educativa) de acordo com a Lei nº 4/75 de 9 de Dezembro de 1975

O Esquema que apresentamos abaixo ilustra a organização da constituição do Ensino Secundário do IIº Ciclo de acordo com a LBSE:



Figura nº 12: Constituição do Ensino Secundário do IIº Ciclo (2ª reforma educativa) de acordo com a LBSE.

Os esquemas acima transcritos, correspondem à constituição do antigo *Ensino Médio*, actual *Ensino Secundário do IIº Ciclo*, de acordo com as legislações vigentes na primeira e na segunda reforma educativa respectivamente.

Conforme é possível verificar nas figuras de número 11 e 12 as unidades “Ensino Secundário do IIº Ciclo”, “Ensino Secundário do IIº Ciclo Geral” e “Ensino Secundário do IIº Ciclo Técnico-Profissional”, constituem reformulações das designações “Ensino Médio”, “Ensino Médio Geral” e “Ensino Médio Técnico-Profissional” na medida em que, com a promulgação da segunda reforma educativa, o antigo “Ensino Médio” ganhou a designação de “Ensino Secundário do IIº Ciclo”, caracterizado pela abolição da 9ª classe e implementação da 12ª classe aos cursos do Ensino Secundário do IIº Ciclo Geral e pela implementação da 13ª classe aos cursos do Ensino Secundário do IIº Ciclo Técnico-Profissional, níveis de ensino, que antecedem o ingresso do estudante, às Instituições de Ensino Superior.

Importa ainda referir que, nos casos de variação temporal, para determinarmos qual unidade seria considerada forma base e qual unidade seria considerada forma variante, para além de termos tido em conta algumas legislações de referência do domínio³⁵, tivemos de igual modo em conta, o critério da *actualidade* que consiste em levar em consideração, o termo cujo estabelecimento perante a comunidade profissional, ocorreu num período temporal mais recente, em relação ao termo com o qual se efectua a comparação.

Em suma, tendo em conta as constatações registadas no presente ponto, as unidades multilexémicas *Sistema de Educação, Ensino Médio, Ensino Médio Geral e Ensino Médio Técnico-Profissional*, apesar de serem consideradas pela legislação vigente da segunda reforma educativa (LBSE) como termos em desuso, ainda constam nos textos produzidos pelo Ministério da Educação e nos textos produzidos pelas suas instituições tuteladas (INFQ e INIDE), das quais procedemos à recolha de textos para a constituição de *corpus*.

Deste modo, tendo em conta os diferentes fenómenos de variação encontrados nos textos, pretendemos com o presente trabalho, propor a harmonização terminológica a nível do Ministério da Educação e das suas instituições tuteladas, através de um glossário terminológico, cuja explanação pormenorizada, procederemos no capítulo a seguir.

³⁵ Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE) e o Estatuto de Formação de Professores.

CAPÍTULO V: PROPOSTA DE UM GLOSSÁRIO TERMINOLÓGICO PARA O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA

5.1. Harmonização terminológica

“A harmonização constitui o resultado de um acordo estabelecido sobre o uso de conjuntos terminológicos empregados em um dado domínio. Esse procedimento tem por objectivo evitar ambiguidades, tornando a comunicação mais fácil e eficaz” Barros (2004: 88).

O acordo estabelecido sobre o uso de conjuntos terminológicos empregados em um dado domínio, a que se refere Barros (2004: 88) na citação supra, tem a ver com o consenso entre o especialista da área e o terminólogo, na medida em que é após a validação³⁶ do termo, efectuada de um modo geral pelo (s) especialista (s) do domínio, que o terminólogo, mediante os fenómenos linguísticos encontrados nos textos de especialidade, irá propor a harmonização terminológica, que para o caso do presente estudo, consiste sobretudo, em desaconselhar os termos em “desuso” e recomendar o uso dos termos que vigoram no actual Sistema de Educação e Ensino.

De acordo com Pavel & Nolet (2002: 30), o processo de harmonização pode ser pontual ou temático, e é conduzido por um grupo de trabalho ou por um comité de utilizadores, que pode contar ou não com a participação de especialistas do domínio em questão. Porém, consideramos relevante a presença do especialista para o processo de harmonização, na medida em que, *“o especialista em terminologia, em geral, não tem pleno domínio do significado dos termos nas diversas áreas do conhecimento científico ou tecnológico”* (Faulstich, 1995: 3). Convém, por isso, que o trabalho do terminólogo se desenvolva em parceria com o (s) especialista (s) do domínio, a fim que os dados terminológicos – informações linguísticas, conceptuais, etc. – sejam elaborados de maneira eficaz e concisa, em consonância com o uso que a comunidade profissional faz do termo.

Conforme elucidámos no capítulo anterior do presente trabalho de investigação, com a identificação dos fenómenos de variação presentes no *corpus* de análise, verificámos que tais fenómenos têm a ver, na sua maioria, com a existência de unidades consideradas em “desuso” com

³⁶ *“Validation is the confirmation, through the provision of objective evidence, that the requirements for a specific intended use or application have been fulfilled”* ISO 9000 (2005: 16).

a implementação da segunda reforma educativa, que ainda constam nos textos produzidos pelo MED e pelas suas instituições tuteladas, num período de pós-reforma educativa.

De acordo com Silva (2014: 41), quando existe mais de uma designação para um mesmo conceito, é recomendado que haja uma harmonização terminológica no sentido de assegurar que haja apenas uma designação oficial para o produto terminológico³⁷.

Deste modo, tendo em conta os diferentes fenómenos de variação encontrados nos textos que constituem o *corpus* de análise, a harmonização terminológica proposta pelo presente trabalho de investigação consiste, sobretudo, em desaconselhar os termos considerados em “desuso”, e recomendar o uso de termos tendo em conta o contexto do actual Sistema de Educação e Ensino. Esta recomendação tem como suporte, a proposta de um glossário terminológico para o MED, mais especificamente para a formação de professores em Angola, constituído por uma microestrutura e uma macroestrutura, cuja explanação referente aos respectivos campos, procederemos nos pontos a seguir.

Em suma, podemos definir a harmonização terminológica como o resultado de um processo realizado pelo terminólogo em consonância com o (s) especialista (s) de uma determinada área de especialidade, com o objectivo de consagrar determinados usos terminológicos mediante a comunidade profissional.

5.2. Glossário: Breves considerações

De acordo com Pavel & Nolet (2002: 122), entende-se por glossário, o “repertório de termos, normalmente de uma área do conhecimento, apresentados em ordem sistemática ou em ordem alfabética, acompanhados de informação gramatical, definição, com ou sem contexto” .

Faulstich (1995: 6) por sua vez, apresenta uma tripla acepção do conceito de glossário:

“a) Repertório que define termos de uma área científica ou técnica, dispostos em ordem alfabética, podendo apresentar ou não remissões.

³⁷ “Produto terminológico é o resultado de uma actividade terminológica, como, por exemplo, uma ficha, um arquivo, uma base de dados, um glossário, um léxico, um vocabulário, uma norma, um comunicado terminológico, etc” (Pavel & Nolet, 2002: 127).

b) Repertório em que os termos, normalmente de uma área, são apresentados em ordem sistemática, acompanhados de informação gramatical, definição e remissões, podendo apresentar ou não o contexto de ocorrência.

c) Repertório em que os termos são apresentados em ordem alfabética ou em ordem sistemática seguidos de informação gramatical e do contexto de ocorrência”.

De acordo com Faulstich, o glossário terminológico poderá estar organizado por ordem alfabética ou sistemática, sendo esta segunda o modo de organização do repertório em que os termos estarão agrupados mediante tópicos do domínio de especialidade em análise. A autora refere de igual modo, que o glossário terminológico poderá apresentar na sua microestrutura entradas que indiquem remissões³⁸, bem como informação de natureza variada referente ao termo « classe gramatical, definição, variantes, equivalentes, sinónimos, etc.» (cf. Faulstich, 1995: 6).

Deste modo, uma vez desenvolvida de forma sucinta a noção de glossário, apresentamos no ponto a seguir, a proposta de um glossário terminológico para o Ministério da Educação de Angola, bem como o seu objectivo, estrutura e propósito de utilização.

5.3. Proposta de um glossário terminológico para o Ministério da Educação de Angola

Havendo a necessidade de colmatar as dificuldades existentes a nível da formação de professores em Angola, o Ministério da Educação de Angola desenvolveu o Plano Mestre de Formação de Professores, que consiste na criação de estratégias que visam melhorar as competências do quadro docente a nível nacional, bem como melhorar a organização e gestão das Instituições de Formação de Professores.

Entretanto, tendo em conta os objectivos do presente estudo, para a constituição do *corpus*, recorrémos ao Ministério da Educação e suas instituições tuteladas, no sentido de procedermos à recolha de textos referentes ao domínio da Educação em geral, e ao Subsistema de Formação de Professores.

³⁸ “Unidade semântica contida no glossário, que provoca ao leitor, a curiosidade de compreender melhor o conteúdo definitório do termo-entrada” (Faulstich, 1993: 174). As remissões poderão se apresentar sob forma diversificada: V. (ver), q.v (queira ver), cf (conferir, confronto), etc (cf. Cruz, 2013: 83).

Deste modo, após analisarmos os textos que constituem o *corpus* através do tratamento semiautomático, verificámos que há inconsistência em relação ao uso de termos que foram considerados em desuso com a promulgação da segunda reforma educativa. Porém, ainda constam nos textos produzidos pelo Ministério, de acordo com a legislação vigente no actual Sistema de Educação e Ensino (LBSE).

Através das informações prestadas pelo quadro de funcionários do Ministério da Educação no decorrer da nossa pesquisa, constatámos que o Ministério, para além das legislações que vigoram o Sistema de Educação e Ensino, não possui nenhum outro recurso terminológico de referência, que permita auxiliar os funcionários do Ministério e suas instituições tuteladas, em caso de dúvidas relativas ao uso de determinado termo, no acto da elaboração de documentos. Verificámos de igual modo, que o Subsistema de Formação de Professores, apesar de ter sido implementado somente com a promulgação da segunda reforma educativa, não possui de igual modo, um recurso terminológico de consulta, que permita facilitar a compreensão, e auxiliar na elaboração de documentos produzidos a nível da Formação de Professores, enquanto área de especialidade.

Deste modo, tendo em conta as constatações efectuadas no parágrafo anterior, apresentamos a proposta de um glossário terminológico para o Ministério da Educação e conseqüentemente, para a Formação de Professores em Angola, no sentido de auxiliar o quadro de funcionários do Ministério da Educação e agentes da educação em geral, no acto da elaboração de documentos, e assegurar que a informação decorrente dos textos de especialidade, não seja transmitida de forma deturpada.

5.3.1. Objectivos do Glossário Terminológico

Conforme referimos no ponto anterior, a proposta de um glossário terminológico surge em detrimento da necessidade de estabelecer a diferença entre a terminologia vigente na primeira reforma educativa e a terminologia implementada com a promulgação da segunda reforma educativa no Sistema de Educação e Ensino.

Uma vez que a Educação constitui um processo de socialização que visa a integração do indivíduo numa determinada sociedade, grande parte dos textos produzidos pelas instituições de Educação em geral, são susceptíveis de serem consultados, não somente pelos indivíduos afectos

ao domínio, mas pela comunidade em geral. Por esta razão, o glossário terminológico proposto no presente trabalho de investigação, pretende servir como material de consulta não apenas para os especialistas do domínio, mas para os demais grupos sociais, nomeadamente a comunidade estudantil e o público em geral.

5.3.2. Estrutura do Glossário Terminológico

O glossário terminológico a ser proposto ao Ministério da Educação de Angola estará constituído por uma microestrutura e uma macroestrutura, circunscritas no seguinte:

- **Macroestrutura:**

Conforme o próprio termo indica, a macroestrutura consiste no modo de organização amplo, agrupado em elementos específicos ou menores (microestrutura).

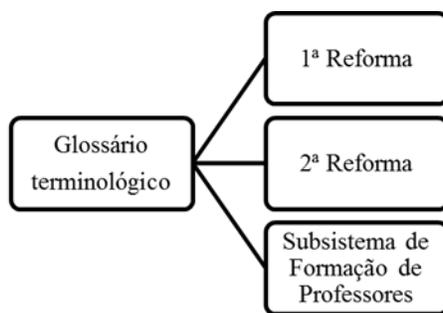


Figura nº 13: Macroestrutura do glossário terminológico a ser proposto ao Ministério da Educação.

De acordo com a figura acima apresentada, a macroestrutura do glossário terminológico proposto, estará organizada em três (3) partes nomeadamente: 1ª Reforma educativa, 2ª Reforma educativa e Subsistema de Formação de Professores.

A organização da macroestrutura proposta na Figura nº13 resulta da análise efectuada na *corpus* do presente estudo. Deste modo, as fichas terminológicas serão organizadas tendo em conta os termos vigentes na 1ª e 2ª reforma educativa respectivamente. Esta distinção surge sobretudo, no intuito de elucidar os funcionários do MED e agentes da educação em geral, sobre a necessidade de distinguir os termos em desuso, dos termos vigentes no actual Sistema de Educação e Ensino. Esta diferenciação poderá contribuir de igual modo, para que não haja ambiguidade na comunicação, como é o caso dos textos recolhidos para a constituição de *corpus*.

Por conseguinte, apresentamos o Subsistema de Formação de Professores como parte integrante da macroestrutura do glossário, pelas questões já salientadas no decorrer do presente trabalho.

- **Microestrutura:**

A microestrutura consiste no modo de organização específico dos elementos que constituem a estrutura mais ampla (macroestrutura).

Microestrutura	
1.	Entrada
2.	Categoria gramatical
3.	Definição
4.	Contexto
5.	Fonte do Contexto
6.	Sinónimo (s)
7.	Variante (s)
8.	Remissões
9.	Nota

Tabela nº15: Microestrutura do glossário a ser proposto ao Ministério da Educação.

Conforme é possível verificar na tabela acima, a microestrutura do glossário é caracterizada pela descrição dos elementos essenciais que descrevem o termo em entrada. Deste modo, os campos propostos na Tabela nº 15 consistem na informação que considerámos essencial para a descrição das entradas que constituirão o glossário.

Importa referir que, os campos a constituir a ficha terminológica poderão variar de acordo com o propósito de cada recurso terminológico. No caso da ficha terminológica do presente estudo, identificámos os campos acima referidos como essenciais (Tabela nº 15), pelo facto de considerarmos que os mesmos se enquadram nos objectivos da nossa pesquisa.

Importa referir de igual modo que, alguns dos campos propostos na Tabela nº 15 serão de preenchimento facultativo, isto é, nem todos os campos das fichas que constituirão o glossário serão preenchidos como é o caso dos campos Remissões, Variante (s) e Sinónimo (s).

Uma vez que o presente estudo consiste na proposta de um glossário terminológico monolíngue, não tivemos em consideração, por enquanto, o campo Equivalente (s), que é usual em recursos terminológicos bilingues e/ ou multilingues.

Deste modo, uma vez identificada a microestrutura do glossário, procederemos a seguir à descrição dos seus campos constituintes (Tabela nº 15):

- a) Entrada: corresponde ao campo onde se introduz o termo em pesquisa;
- b) Categoria gramatical: corresponde à classificação morfológica do termo;
- c) Definição: campo que permite descrever o conceito designado pelo termo em pesquisa;
- d) Contexto: campo que permite registar um ou mais fragmentos de textos em que ocorre o termo em pesquisa;
- e) Fonte do contexto: campo que permite colocar a referência do texto do qual foi extraído o contexto do termo;
- f) Sinónimo (s): campo que permite indicar os sinónimos do termo em pesquisa (caso existam);
- g) Variante (s): campo que permite indicar as variantes do termo em pesquisa (caso existam);
- h) Remissões: campo que permite estabelecer uma relação entre os termos ao longo do glossário. Estas relações poderão ser de hiperonímia e/ou hiponímia (cf. Anjos, 2003: 140). Importa referir que no caso do presente estudo, as remissões do termo em entrada serão apresentadas de igual modo, para dar conta dos casos de variação temporal, isto é, estabelecer uma relação entre os termos que vigoravam na primeira reforma educativa, e os termos que vigoram no actual Sistema de Educação e Ensino, caso haja alguma relação entre os mesmos;
- i) Nota: campo que permite a inclusão de informações adicionais referentes ao termo em pesquisa.

5.3.2.1 Ficha terminológica do glossário a ser proposto ao Ministério da Educação

Uma vez mencionados e descritos os campos que constituem a ficha terminológica do glossário a ser proposto ao Ministério da Educação e conseqüentemente, à Formação de Professores (Tabela nº 15), apresentamos a seguir, um modelo de ficha terminológica, com os seus respectivos campos preenchidos:

Ficha terminológica	
Entrada	Ensino Primário
Cat. gramatical	n.m.
Definição	Nível de ensino do <Subsistema de Ensino Geral>, constituído pelos seis (6) primeiros anos de escolaridade, anteriores ao <ensino secundário>.
Contexto	As crianças com as idades compreendidas entre os 12 (doze) e 14 (catorze) anos que não tenham concluído o <u>Ensino Primário</u> , beneficiam de programas específicos de apoio pedagógico para permitir a sua conclusão e os que ultrapassam essa idade, devem ser enquadrados ao ensino de adultos.
Fonte do contexto	Lei de Bases do Sistema da Educação (LBSE) nº17/16 de 7 de Outubro de 2016 artigo 28º n.º2.
Remissões	Subsistema de Ensino Geral ; Ensino Secundário
Nota	

Tabela nº16: Exemplo de ficha terminológica da proposta de glossário para o Ministério da Educação de Angola com alguns campos preenchidos.

A Tabela nº 16 constitui um exemplo de ficha terminológica, em que consta o termo “Ensino Primário” como entrada, bem como os campos que considerámos essenciais para a descrição do termo em questão, devidamente preenchidos (com excepção do campo “Nota”).

Tal como referimos no ponto anterior, os campos a constituírem a ficha terminológica, poderão variar de acordo com cada entrada, como é o caso dos campos “Variante (s)” e “Sinónimo (s)”, que apesar de terem sido propostos na microestrutura do glossário como campos essenciais para a descrição do termo (Tabela nº15), não constaram do exemplo de ficha terminológica acima transcrito, por não se enquadrarem à realidade do termo descrito, tendo em conta o *corpus* que foi utilizado para a constituição da ficha terminológica em referência (Tabela nº16).

Importa referir que os termos “Subsistema de Ensino Geral” e “Ensino Secundário” foram propostos na ficha terminológica (Tabela nº 16) como entradas remissivas, por tratar-se de um hiperónimo³⁹ e um hipónimo⁴⁰ do termo em questão. De acordo com a LBSE (art. 26º) o “Subsistema de Ensino Geral”⁴¹ está subdividido em *Ensino Primário* e *Ensino Secundário*.

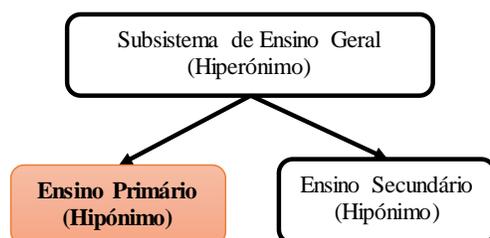


Figura nº 14: Constituição do Subsistema de Ensino Geral de acordo com a LBSE (art. 26º)

Deste modo, uma vez que os termos “Subsistema de Ensino Geral” e “Ensino Secundário” são mencionados na definição da entrada “Ensino Primário” (Tabela nº16), considerámos relevante propor as unidades em questão como entradas remissivas do termo, para uma melhor compreensão de quem for consultar o glossário.

³⁹ Termo superordenado numa relação hierárquica, cujo conceito remete a termos específicos. (Pavel & Nolet, 2002 : 131).

⁴⁰ Termo subordinado numa relação hierárquica, cujo conceito está incluído ao conceito do termo genérico. (*ibidem*).

⁴¹ A esquematização detalhada da constituição do Subsistema de Ensino Geral de acordo com a LBSE se encontra na Figura nº 10 do presente trabalho, pag. 59.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como principal objectivo, o estudo da terminologia da Educação no âmbito da transição da primeira para a segunda reforma educativa, dando atenção especial ao Subsistema de Formação de Professores.

A escolha do Subsistema de Formação de Professores como o domínio sobre o qual restringimos a análise, surge sobretudo, no intuito de prestar contributo às estratégias de acção estabelecidas pelo Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP), que visa colmatar as dificuldades existentes a nível do sector da Formação de Professores em Angola.

Numa primeira fase, pretendíamos com o presente trabalho, estudar a terminologia do subdomínio da Formação de Professores, tendo em conta o Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP), bem como a documentação produzida pelo MED e suas instituições tuteladas, relativa ao domínio em questão. Porém, ao realizarmos a análise terminológica sobre os textos – produzidos pelo MED e suas instituições tuteladas (INIDE e INFQ) – que constituíram o *corpus*, verificámos que as designações que constituíam os fenómenos de variação terminológica encontradas nos textos, não estão, na sua maioria, directamente relacionadas com o subdomínio da Formação de Professores, tendo em conta que o que se constatou nos textos, foi sobretudo, o uso de designações que vigoravam na primeira reforma educativa, e ainda constam nos textos do actual Sistema de Educação e Ensino.

A nosso ver, a utilização de termos em desuso nos textos produzidos pelo MED e suas instituições tuteladas, tem a ver sobretudo, com o longo período em que a primeira reforma educativa esteve em vigor⁴². Tendo em conta que a segunda reforma educativa foi implementada de forma faseada⁴³, acreditamos que a constante utilização de termos actualmente considerados em desuso, tenha a ver com a antiga constituição do Sistema de Educação e Ensino, que esteve em vigor por mais de duas décadas.

⁴² A primeira reforma educativa foi oficializada no ano de 1978 e foi revogada no ano de 2001 com a promulgação da segunda reforma educativa (cf. Vieira, 2004: 103).

⁴³ A segunda reforma educativa em Angola contou com cinco (5) etapas antes da sua implementação propriamente dita no Sistema de Educação e Ensino: 1- Fase de Preparação; 2- Fase de Experimentação; 3- Fase de Avaliação e Correção; 4- Fase de Generalização e 5- Fase de Avaliação Global (cf. CAARE, 2010 : 5). Deste modo, uma vez que a implementação das fases acima mencionadas não foi realizada de forma simultânea, acreditámos que este facto, poderá ter influenciado de igual modo na utilização dos termos considerados extintos, devido ao longo período em que a primeira reforma educativa esteve em vigor.

Por outro lado, considerámos relevante fazer constar da macroestrutura da proposta de glossário terminológico, o Subsistema de Formação de Professores, no intuito de criar um recurso terminológico para fins de consulta para os professores em formação inicial, contínua e à distância. Pretende-se também, contribuir para a execução das estratégias de acção propostas pelo Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP), tendo em conta as debilidades existentes a nível da Formação de Professores em Angola, conforme o referido no primeiro capítulo do presente trabalho.

Importa referir que, não obstante termos cingido a nossa abordagem sobre a terminologia do Subsistema de Formação de Professores tendo em conta o contexto da primeira e segunda reforma educativa, pretendemos, em trabalhos futuros, propor a criação de um recurso terminológico que abranja a terminologia dos restantes subsistemas de ensino, no intuito de prestar contributo para a organização da terminologia do sector da Educação em Angola, a nível de todos os seus subsistemas de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Terminologia/Linguística

Almeida, G. (2006). “Teoria comunicativa da Terminologia e a sua prática”. Alfa, São Paulo, Vol. 2, nº 50, p. 85-101.

Alúísio, S. & Almeida, G. (2006). “O que é, e como se contrói um *corpus*? Lições aprendidas na compilação de vários *corpora* para a pesquisa linguística”. Revista científica Calidoscópico, Vol. 4, nº 3, p.156-178.

Anjos, E. (2003). “Glossário terminológico ilustrado de movimentos e golpes da capoeira: Um estudo Término-Linguístico”. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

Bacelar do Nascimento, M. (2003). “O papel dos *corpora* especializados na criação de bases de dados terminológicas”. In Catro I et al. (Eds.) Razões e Emoção, Miscelânea de Estudo em homenagem à Maria Helena Mira Mateus, Vol. II, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.

Barros, L. (2004). “Curso básico de Terminologia”. Ed. Universidade de São Paulo, São Paulo – Brasil.

Biber, D. (1993). “Representativeness in *Corpus* design”. Literary and Linguistic computing. Northern Arizona University, Arizona.

Cabré, T. (1993). “La terminología: Teoría, Metodología, Aplicaciones”. Traducción castellana de Carles Tebé, Editorial Antártida/ Empúries, Barcelona.

Cabré, T. (1999). “La terminología: Representación y Comunicación”. Institut Universitari de Lingüística Aplicada (IULA), Universitat Pompeu Fabra, Barcelona.

Coleti, J. S. ; Mattos, D. F. ; Júnior, L. ; Júnior, A.; Felippo, A.; Almeida, G. ... Júnior, O. (2007). Compilação de *Corpus* em Língua Portuguesa na Área de Nanociência/ Nanotecnologia: Problemas e Soluções. Anais do VI Encontro de Linguística de *Corpus*. São Paulo, São Paulo: USP, Brasil, v. 1., p. 4-18.

Contente, M. (2008). “Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina”. Edições Colibri, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Costa, R. (2001). “Pressupostos teóricos e metodológicos para a extracção automática de unidades terminológicas multilexémicas. Tese de Doutoramento, UNL-FCSH, Lisboa.

Costa, R. (2005). “Texte, terme et contexte”. In Actas das VIIes Journées scientifiques du réseau Lexicologie, Terminologie et Traduction. Ed. Agence Francophone pour l’enseignement Supérieur et la Recherche. Bruxelles.

Costa, R. (2006). “Plurality of theoretical approaches to Terminology. Modern approaches to terminological theories and applications”. Ed. Heribert Pitch, Vol. 36 Berlin-Bern: Peter Lang Verlag.

Costa R. & Silva, R. (2008). “De la typologie à l’ontologie de texte. Terminologie & Ontologies : Théories et Applications”. Actes de la deuxième conférence – Toth, Annecy : Institut Porphyre. Savoir et Connaissance.

Costa, R. & Silva, R. (2009). “Guião: Metodologia para a investigação aplicada em Terminologia”. FCSH-UNL, Lisboa.

Costa, R.; Silva, R.; Barros, S.; Soares, A. L. (2012). “Mediation strategies between terminologists and experts”. GLAT 2012 CLNL-UNL, p. 297 - 308.

Cruz, C. (2013). “(Re) Aplicação do constructo de Faulstich: Regras de formação das unidades terminológicas complexas na área da engenharia civil”. Tese de Doutorado em Linguística, Instituto de Letras, Universidade de Brasília.

Ezequiel, V. & Van Der Laan, R. (2005). “Representação temática: A problemática da Terminologia”. In: Congresso brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 21. Ed. Federação brasileira de associações de bibliotecários, Porto Alegre.

Faulstich, E. (1993). “Rede de remissivas em um glossário técnico”. In: Maciel, A, M, B (org). Cadernos do Instituto de Letras, Nº 10, UFRGS, Porto Alegre.

Faulstich, E. (1995). “Socioterminologia: Mais que um método de pesquisa, uma disciplina”. Ed. Ciência da Informação, Vol. 24 nº3.

Faulstich, E. (2001). “Aspectos da Terminologia Geral e da Terminologia Variacionista”. Instituto de Letras (IL) - Universidade de Brasília (UnB), Ed. TradTerm, Vol. 7, p.11-40. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/viewFile/49140/53222>

Franco, C. (2015). “Linguística de *corpus* e terminologia bilingue: O programa Antconc e a extração de termos em alemão”. The Specialist, São Paulo, Vol. 36 nº 2, p. 182-202.

Kennedy, G. (1998). “An introduction to *corpus* linguistics”. Ed. Longman, Londres.

Krieger, M & Santiago, M. (2014). “Terminologia médica e variação”. In: XVII Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina. Ed. Alfal, Paraíba-Brasil.

Lara, M. (2014). “Variação das unidades fraseotermológicas da culinária entre o português brasileiro e o português europeu”. Tese de Doutoramento em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. UNL-FCSH.

Pavel, S. & Nolet, D. (2002). “Manual de Terminologia”. Direcção de Terminologia e Normalização, Departamento de Tradução do Governo Canadense, Canadá.

Ribeiro, G. (2004). “Tradução técnica, Terminologia e Linguística de *corpus*: A ferramenta *Wordsmith tools*”. Cadernos de tradução, Florianópolis, Vol. 2 n° 4, p. 159-174.

Rondeau, G. (1984). “Introduction à la terminologie”. 2 ed., Gaetan Morin, Québec, p. 238.

Sardinha, T. (2004). “Linguística de *Corpus*”. Ed. Manole, Barueri, São Paulo.

Silva Filho, S. (2013). “Polissemia nominal diacrónica. Do conceptual ao linguístico: Relações lexicais a partir dos *corpora* de especialidade”. Tese de Doutoramento em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. FCSH/NOVA & Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

Silva, M. & Nadin, O. (2010). “A variação na terminologia da Nanociência/Nanotecnologia”. Paraná – Brasil, Revista Filologia Linguística n° 12, p. 295-312.

Silva, R. (2014). “Gestão de Terminologia pela Qualidade: Processos de validação”. Tese de Doutoramento em Linguística, Especialidade em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, Lisboa, FCSH-UNL.

Sinclair, J. (1991). “Corpus, concordance, collocation”. Oxford, Ed. Oxford University Press.

Tagnin, S. (2010). “Glossário de linguística de *corpus*”. In: Vander Viana; Stella E. O. Tagnin. (org), *Corpora* no ensino de línguas estrangeiras. 1ª ed, HVB editorial, São Paulo.

Wuster, E. (1998). “Introducción a la teoría geral de la Terminología y la Lexicografía terminológica”. (Ed. Bayá Nockerman, Pàmpol, Ricart), Trad. Anne-Cécile Nockerman, Institut Universitari de Linguística Aplicada – IULA, Barcelona.

Educação

Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo – ADPP & MED. (2005). “Plano de expansão: 10 novas escolas de Professores do Futuro”. Luanda.

Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo - ADPP (2013). “Relatório do Programa para as Escolas de Professores do Futuro - Janeiro a Junho 2013”. Luanda.

Benji, P. (2015). “A reforma educativa em Angola”. O desafio da construção de uma escola libertadora. 2ª Edição, Editora Centro Missionário Dei Cappuccini, Angola.

Comissão de Acompanhamento das Acções da Reforma Educativa – CAARE (2010). “Indicadores de Eficácia da Reforma Educativa”. Ministério da Educação, Luanda.

Comissão de Acompanhamento das Acções da Reforma Educativa – CAARE (2014). “Avaliação Global da Reforma Educativa e Medidas para Acção”. Ministério da Educação, Luanda.

França, R. (2007). “Formação de Professores no PROFA e suas concepções de mudanças na prática pedagógica”. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Disponível em:

http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/394.pdf

Instituto Nacional de Educação Especial – INEE (2006). “Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Educação Especial 2007-2015”. Ministério da Educação, Luanda.

Instituto Nacional de Formação de Quadros – INFQ. (2007). “Plano Mestre de Formação de Professores 2008-2015”. Ministério da Educação, Luanda.

_____ (2008). “Resumo sobre o Projecto de Supervisão de Professores”. Ministério da Educação, Luanda.

_____ (2012 a). “Plano Nacional de Formação de Quadros 2013-2020”. Ministério da Educação, Edições ASA, Luanda.

_____ (2012 b). “Resumo sobre as Zonas de Influência Pedagógica – ZIP’s”. Ministério da Educação, Luanda.

_____ (2013). “Acreditação, Creditação e Certificação da Formação Contínua e à Distância”. Ministério da Educação, Luanda.

Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação – INIDE. (2003 a). “Comparação entre o Sistema de Educação em vigor e o Sistema de Educação a implementar”. Luanda. Disponível em:

<http://www.inide.angoladigital.net/pdf/ComparacaoB.pdf>

_____ (2003 b). “Currículo de Formação de Professores do Iº Ciclo do Ensino Secundário”. Ministério da Educação, Luanda.

_____ (2003 c). “Relatório explicativo dos organigramas do Sistema de Educação”. Ministério da Educação, Luanda.

_____ (2003 d). “Caracterização global do contexto angolano e respectivo sistema educativo”. Ministério da Educação, Luanda.

_____ (2004). “Currículo de Formação de Professores do Iº Ciclo do Ensino Secundário”. Ministério da Educação, Luanda.

_____ (2005). “Relatório sobre o Plano de Acção Nacional de Educação para Todos”. Ministério da Educação, Luanda.

Mello, G. (2000). “Formação Inicial de professores para a Educação básica”. Uma (re)visão radical. Em Perspectiva Editora, São Paulo.

Ministério da Educação (2006). “PREPA - Projecto de Formação de Formadores para o Ensino Primário em Angola”, Ed. MED, Luanda.

_____ (2008). “Evolução da Educação e Ensino em Angola”. Ed. MED, Luanda.

_____ (2010 a). “Gestão do Ensino Técnico-Profissional 2010”. Ed. MED, Luanda.

_____ (2010 b). “Reflexões sobre a evolução do Sistema de Educação em Angola ao longo dos 35 anos de Independência”. Ed. MED, Luanda.

_____ (2013). “Principais indicadores da Educação 2008 - 2012”. Ed. MED, Luanda.

Nguluve, A. (2010). “Educação angolana: Políticas de Reformas do Sistema Educacional”. 1ª Ed. Biscalchin Editora, São Paulo.

Vieira, L. (2004). “Angola a dimensão ideológica da Educação 1975-1992”. Ed. Nzila, Luanda.

Zau, F. (2002). “Angola: Trilhos para o Desenvolvimento”. Lisboa, Universidade Aberta.

Legislações

Assembleia da República de Angola (1975). “Lei Constitucional da República de Angola”. Luanda.

Decreto Legislativo Presidencial nº 25/75 de 9 de Dezembro – Lei da Nacionalização do Ensino. Luanda, 1975.

Decreto Legislativo Presidencial nº 7/03 de 17 de Junho – Órgãos de Superintendência e Tutela do Ministério da Educação. Luanda, 2003.

Decreto Legislativo Presidencial nº 111/14 de 27 de Maio – Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior, Luanda, 2014.

Decreto Legislativo Presidencial nº 221/14 de 28 de Agosto – Estatuto Orgânico do Ministério da Educação. Luanda, 2014.

Decreto Legislativo Presidencial nº17/16 de 7 de Outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação. Luanda, 2016.

Ministério da Educação (2006). “Estatuto do Subsistema de Formação de Professores”. MED, Luanda.

Dicionário (s)

Lisboa, Ac. C. (2001). “Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea”. II vol., Lisboa, Verbo.

Norma (s)

ISSO 9000: 2005 – “Quality Management Systems”. Fundamentals and Vocabulary, ISO.